

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DÉBORA XAVIER

**"WOMEN'S RIGHTS ARE HUMAN RIGHTS": A *DOCTRINA HILLARY* E O
EMPODERAMENTO FEMININO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Porto Alegre

2016

DÉBORA XAVIER

**"WOMEN'S RIGHTS ARE HUMAN RIGHTS": A *DOCTRINA HILLARY* E O
EMPODERAMENTO FEMININO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Reis da Silva

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Xavier, Débora
"WOMEN'S RIGHTS ARE HUMAN RIGHTS": A DOCTRINA
HILLARY E O EMPODERAMENTO FEMININO NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS / Débora Xavier. -- 2016.
58 f.

Orientador: André Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Doutrina Hillary. 2. Política Externa
Americana. 3. Estados Unidos. 4. Empoderamento
Feminino. 5. Mulheres e Relações Internacionais. I.
Reis da Silva, André , orient. II. Título.

DÉBORA XAVIER

**"WOMEN'S RIGHTS ARE HUMAN RIGHTS": A *DOCTRINA HILLARY* E O
EMPODERAMENTO FEMININO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Reis da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari
UFRGS

Prof. Dr. Silvia Ferabolli
UNIRITTER

*À minha filha, Tathiana, por me ensinar tanto
e para quem eu busco construir um mundo
melhor e mais igualitário.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, André Reis, por aceitar o desafio de me orientar na temática de gênero e por se dispor a aprender comigo. Agradeço também ao professor Andrés Ferrari pelas discussões sobre política externa americana que acrescentaram muito a este trabalho.

Um agradecimento especial à Fabi, da COMGRAD, um exemplo de servidora pública, pelo auxílio em questões burocráticas e pessoais, pelo apoio moral, incentivo e pelo carinho.

Agradeço aos meus pais, Marli e Jorge, pelo apoio e pela paciência ao longo de minha trajetória acadêmica, especialmente no ano de 2016.

À Marcele Pagot, por me inspirar a ir atrás dos meus sonhos.

À Lilly Caroline, por estar comigo mesmo estando no Rio de Janeiro e por acompanhar a distância todas as minhas conquistas.

À Débora Azevedo, minha xará e mentora acadêmica, por ter atendido ao telefone ao longo de todo este ano e por ter me auxiliado com minhas dúvidas e angústias.

Ao Airton Gregório, por estar lá - e por saber que "estar lá" significou muito para mim.

À Fernanda Weiden, por ter trazido dos Estados Unidos um dos principais livros que serviu de base para este trabalho.

À Lisiane Szeckir, por não ter desistido de mim ao longo deste ano, por ter me feito mais forte e me ajudado a ser uma versão melhor de mim mesma. Lisi, obrigada. Me faltam palavras para expressar a gratidão que eu sinto por ti.

À Bianca Magalhães, pelos cafês, pela companhia e por saber ouvir como ninguém.

Quero ainda agradecer minha amiga Penha Lessa, por acreditar em mim, por me incentivar. Pelas pequenas e grandes coisas.

E, claro, agradeço à Tathi por ser essa filha maravilhosa e compreensiva que me acompanhou nesta jornada e que, apesar dos pesares, sempre teve orgulho de mim. Tathi, obrigada por tudo, tu me fortaleces.

Por fim, agradeço a todos os professores e professoras que fizeram parte de minha formação acadêmica, bem como a todos os servidores e servidoras e profissionais terceirizados que são fundamentais para o funcionamento da Universidade.

Agradeço à UFRGS pelas oportunidades e por ter contribuído na minha formação enquanto acadêmica, profissional, cidadã e mulher.

*As a woman, I have no country.
As a woman, I want no country.
As a woman, my country is the whole world.*

Virgínia Woolf

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como a pauta de empoderamento feminino se insere na estratégia de política externa a partir da análise da *Doutrina Hillary* - nome dado ao conjunto de práticas e políticas adotadas por Hillary Clinton em seu mandato como Secretária de Estado dos Estados Unidos da América (EUA), de 2009 a 2013. Dessa forma, a pesquisa contempla a política externa americana, considerando as mudanças no cenário internacional e o crescente interesse pelas questões de direitos das meninas e mulheres. A partir deste contexto, analisam-se as ideias e os valores que sustentam a *Doutrina Hillary*, bem como sua confluência com a agenda de diplomacia dos EUA, considerando-se os interesses americanos de política externa e os interesses pessoais de Hillary Clinton. Investiga-se, a partir de quatro casos paradigmáticos, a implementação da doutrina e, para além deles, seu legado. Assim, percebe-se que a aplicação dos princípios é seletiva, de acordo com os interesses das partes, porém, independentemente da seletividade há externalidades positivas.

Palavras-chave: Doutrina Hillary. Política Externa Americana. Estados Unidos. Empoderamento Feminino. Mulheres e Relações Internacionais.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze how women's empowerment agenda is inserted in the foreign policy strategy, from the analysis of the *Hillary Doctrine* - name given to the set of practices and policies adopted by Clinton in its mandate as Secretary of State, from 2009 to 2013. Therefore, the research contemplates the American foreign policy, considering the changes in the international scenario and the growing interest on the theme of women's rights. From this context, this paper analyzes the ideas and principles that constitute the *Hillary Doctrine*, as well as its confluence with US diplomacy agenda, considering American foreign policy interests and Clinton's own personal interests. Four paradigmatic cases are investigated to understand the implementation of the doctrine and, beyond them, its legacy. Thus, it is perceived that application of the Doctrine is selective, according to the interests of the parties, but regardless of the selectivity, there are positive externalities.

Keywords: Hillary Doctrine. American Foreign Policy. U.S. Women's Empowerment. Women and International Relations.

SIGLAS

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados

APEC - Asian-Pacific Economic Community

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women

CEO - Chief Executive Office

CSW - Commission on the Status of Women

CRC - Convention on the Rights of the Child

EUA - Estados Unidos da América

EVAW - Elimination of Violence Against Women

ICC - International Criminal Court

NAP - National Plan of Action on Women, Peace and Security

NOW - National Organization of Women

OIWI - Office of International Women's Issues

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PICW - President's Interagency Council on Women

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

QDDR - Quadrennial Diplomacy and Development Review

RI - Relações Internacionais

TPP - Trans-Pacific Partnership

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNSCR - United Nations Security Council Resolution

USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: MULHERES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
2.1 CONTEXTUALIZANDO: MULHER, PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	12
2.1.1 CEDAW e UNSCR 1325.....	15
2.1.2 Plataforma de Ação de Beijing.....	17
2.2 EMPODERAMENTO FEMININO E A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA.....	18
2.2.1 Bill Clinton: representatividade, mudança institucional e direitos humanos.....	19
2.2.2 George W. Bush: o 11 de setembro e a construção da narrativa de intervenção baseada nos direitos das mulheres.....	22
3 DOCTRINA HILLARY COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA.....	25
3.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS: A FUNDAMENTAÇÃO DA <i>DOCTRINA HILLARY</i>	25
3.2 <i>DOCTRINA HILLARY</i> E A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA: VALORES, CONTEXTO E INTERESSES.....	31
3.2.1 "Investing in women is the smart thing to do": Doutrina Hillary e o smart power....	31
3.2.2 Cui bono? O contexto e os interesses por trás da Doutrina Hillary.....	33
4 IMPLEMENTAÇÃO DA DOCTRINA HILLARY.....	37
4.1 EXECUÇÃO E RECEPÇÃO.....	37
4.2 LEGADO E FUTURO.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A temática de gênero, com destaque para as questões das meninas e mulheres, ganhou espaço nas discussões de relações internacionais no começo dos anos 1990, quando a queda do muro de Berlim deu início à ordem multipolar e pôs fim à Guerra Fria. Nesse contexto, o surgimento de novos atores e temáticas na pauta de segurança de relações internacionais afeta o equilíbrio de poder e de interesses no Sistema Internacional, com a diminuição do poder dos estados frente a outros atores não-estatais como Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais, iniciativa privada, Igreja, dentre outros.

Assim, este trabalho se propõe a analisar a inserção da agenda de empoderamento feminino nas estratégias de política externa, buscando entender motivações, interesses e limitações desse processo, tendo em vista uma contextualização histórica prévia. Para tanto, foi escolhido como objeto de estudo a *Doutrina Hillary*, nome dado ao conjunto de práticas e políticas adotadas por Hillary Clinton em seu mandato como Secretária de Estado dos Estados Unidos, entre 2009 e 2013, durante a primeira gestão do presidente Barack Obama. Considerando-se singularidade da figura política de Hillary Clinton, bem como seu poder de agenda, serão igualmente explorados seus possíveis interesses pessoais naquele período.

Devido à proeminência da figura pública de Hillary, muitos dados serão coletados primariamente de artigos de jornais e revistas online de fontes reconhecidas. Adicionalmente, serão analisados discursos, falas, entrevistas, documentos oficiais e bibliografia existente. O livro *The Hillary Doctrine: Sex & American Foreign Policy*, de Valerie M. Hudson e Patricia Leidl foi relevante por reunir e organizar informações sobre o tema, sendo um dos poucos materiais acadêmicos sobre a doutrina em si.

Em virtude do avanço da pauta de direitos das mulheres nas Relações Internacionais (RI), o presente trabalho tem como objetivo principal investigar a inserção do tema de empoderamento feminino na estratégia de política externa, a partir da análise da *Doutrina Hillary*. Os objetivos secundários são:

- a) compreender os princípios e valores que fundamentam a *Doutrina Hillary*, bem como os interesses de política externa americana que a permeiam; e
- b) analisar a implantação da *Doutrina Hillary* e seu legado.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: esta introdução, três capítulos de desenvolvimento e um de considerações finais. O primeiro capítulo do desenvolvimento se dedica a fazer uma contextualização histórica das questões de mulheres e relações internacionais. Esse resgate histórico se dará no cenário internacional, a partir da Segunda Guerra Mundial; e no cenário doméstico, a partir do início do século passado.

O segundo capítulo do desenvolvimento terá como foco o entendimento da *Doutrina Hillary*. Na sua primeira parte será apresentada uma síntese das ideias e conceitos que fundamentam a base ideológica da doutrina, a partir da análise de discursos e entrevistas da então Secretária de Estado e sua equipe, documentos oficiais, projetos do Departamento de Estado e da bibliografia existente. A segunda parte explorará quatro exemplos paradigmáticos de política externa americana à luz do contexto histórico, dos interesses de diplomacia dos EUA e dos interesses pessoais de Hillary Rodham Clinton.

A implantação e legado da doutrina serão observados no último capítulo do desenvolvimento, que se propõe a fazer uma análise crítica da implementação dos princípios da *Doutrina Hillary*. A análise será feita com base nos quatro exemplos paradigmáticos. Na primeira parte desse capítulo, os interesses estratégicos de política externa americana e interesses pessoais de Hillary Clinton, enquanto Secretária de Estado, serão examinados a partir da análise de entrevistas, reportagens e literatura existente, buscando compreender a recepção da implementação da *Doutrina Hillary*.

Por fim, a segunda parte desse capítulo se dedica a explorar o legado da doutrina, seu significado e relevância para além da investigação dos quatro exemplos apresentados e cuja observação é necessária para a análise proposta neste trabalho. Conclui-se este trabalho com as considerações finais.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: MULHERES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo serão comentadas, brevemente, a evolução das questões de gênero e segurança internacional e a participação das mulheres nas relações internacionais, a partir da Segunda Guerra Mundial que culminou no conjunto de valores, os quais serviram como base para a então futura *Doutrina Hillary*. A revisão histórica se aprofunda, particularmente, nos Estados Unidos e no papel que o empoderamento feminino assumiu na política externa americana, especialmente em termos de segurança e prosperidade, servindo de contextualização para o estudo das ideias e da atuação de Hillary Clinton, à época, como Secretária de Estado, o que será desenvolvido nos capítulos subsequentes.

2.1 CONTEXTUALIZANDO: MULHER, PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Em fevereiro de 1946, o discurso de Eleanor Roosevelt, na reunião inaugural da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de Londres, marca o início da agenda institucional de gênero nas RI ao reconhecer o papel das mulheres nas RI e na construção e manutenção da paz:

*To this end, we call on the Governments of the world to encourage women everywhere to take a more active part in national and international affairs, and on women who are conscious of their opportunities to come forward and share in the work of peace and reconstruction as they did in war and resistance.*¹

Alguns meses após o discurso de Roosevelt, era criada a *Commission on the Status of Women* (CSW) da ONU², sendo a primeira instituição global a fazer recomendações "*on urgent problems requiring immediate attention in the field of women's rights*"³ (CHARLESWORTH; CHINKIN, 2013, p. 6). Por muitos anos a CSW foi o único órgão da ONU - e da comunidade internacional - responsável por avançar a agenda da mulher a nível global, porém não tinha autonomia e estava vinculada ao Conselho Econômico e Social da ONU.

¹ “Para este fim, chamamos os governos do mundo para encorajar as mulheres em todos os lugares a tomarem um papel mais ativo nos assuntos nacionais e internacionais, e para as mulheres que estão conscientes de suas oportunidades que se apresentem e participem do trabalho de paz e de reconstrução como vocês fizeram durante guerra e resistência” (ROOSEVELT, Eleanor, 1946, p. 1 - tradução nossa).

² Resolução que estabelece a criação da *Commission on the Status of Women*, E/RES/2/11 de 21 de junho 1946.

³ “Problemas urgentes requerem atenção especial no campo do direito das mulheres” (tradução nossa).

Parte fundamental da atuação da CSW, que futuramente posicionaria a entidade como protagonista nas questões de gênero, foi a organização das quatro conferências internacionais sobre mulheres (*World Conferences on Women*). Como recomendação do primeiro encontro, a *World Conference of the International Women's Year*, que ocorreu no México em 1975, a ONU declarou para os dez anos seguintes (1976-1985) como *United Nations (UN) Decade for Women: Equality, Development and Peace*⁴. A *UN Decade for Women* serviu para avançar e dar legitimidade para a temática dos direitos das mulheres e, ao mesmo tempo, ajudou a estabelecer novos paradigmas em relação a gênero e desenvolvimento, conforme afirmado por Jain Devaki (WEISS; DAWS, 2007, p. 502):

*[UN Decade of Women] ... brought new ways of looking at the conceptualization of work; challenged the hierarchies of how economic and social contributions are valued; insisted that women have a right to development ... and that the degree of access of women ... was a measure of the stage of development of a nation.*⁵

"Women's Rights Are Human Rights"⁶ é o nome do discurso dado pela então Primeira Dama dos Estados Unidos, Hillary Clinton, em 5 de setembro de 1995, na *UN Fourth World Conference on Women*⁷ em Beijing, a última das conferências mundiais. O evento reuniu o número recorde de 17.000 participantes e foi transmitido para mais de 30.000 ativistas. Pela primeira vez, a adoção de uma plataforma de ação progressiva para o empoderamento feminino, com 12 áreas críticas de atuação, é adotado por unanimidade pelos 189 países, demonstrando o avanço do debate em relação às três conferências prévias. A conferência foi relevante na definição da violência contra a mulher como uma questão a ser eliminada com o desenvolvimento (MASON, 2013).

Um dos principais avanços da Conferência de Beijing foi a criação da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing que visa a igualdade de gênero em todas as dimensões da vida de meninas e mulheres, e serve de referência para a criação de programas e implantação de diretrizes de gênero na ONU até os dias de hoje. A Conferência de 1995 representava o ápice de uma trajetória iniciada em 1975, com a *World Conference of the International Women's Year*: "[...] also was the end of a process. It had developed an agenda that could stay

⁴ *World Conference of the International Women's Year*, A/RES/3520 (XXX) de 15 de dezembro 1975.

⁵ "A Década da Mulher da ONU trouxe novas maneiras de olhar para a conceituação de trabalho; desafiou as hierarquias de como as contribuições econômicas e sociais são valorizadas; insistiu que as mulheres têm direito ao desenvolvimento ... e que o grau de acesso das mulheres ... era uma medida do estágio de desenvolvimento de uma nação".

⁶ "Direitos das mulheres são direitos humanos."

⁷ Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres.

with the nations and the movements for some time because it was so comprehensive”⁸ (DEVAKI, 2005, p. 145).

Ao longo dos anos, o órgão altera seu foco de atuação pautado pelas questões do movimento das mulheres, pela agenda da própria ONU ou ainda pela interseccionalidade com outras pautas. Apenas em 2010 surgiria uma agência específica e autônoma, voltada para atender questões de igualdade de gênero em nível internacional, a ONU Mulheres⁹, que teria como referência dois acordos: Declaração de Beijing¹⁰ e Plataforma de Ação da *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*¹¹ (CEDAW), adotada durante a *UN Decade of Women*, em 1979.

A ONU Mulheres surge para levar as atividades da organização para o nível nacional e com uma missão¹² que explicita os pilares da pauta de gênero abordada pela CSW nos anos anteriores e a interseccionalidade com outras pautas da ONU:

*[...] the elimination of discrimination against women and girls, the empowerment of women, and the achievement of equality between women and men as partners in and beneficiaries of development, human rights, humanitarian action and peace and security.*¹³

O *UN Women's First Annual Report* esclareceu e ampliou as funções previstas para a ONU Mulheres. Em relação ao documento de sua criação, a Resolução nº 64/289 estabelece a descrição das funções o apoio aos estados membros da ONU nas deliberações em fóruns “[...] onde políticas internacionais, padrões e normas são negociados e acordados”; a liderança e coordenação de “esforços através do sistema ONU para alcançar a igualdade de gênero” e a ajuda a estados a alcançar “real mudança na vida das mulheres” (CHARLESWORTH; CHINKIN, 2013). O documento também define prioridades: “Apoiar a liderança feminina; fortalecer a capacitação econômica das mulheres; acabar com a violência contra as mulheres; promover a participação das mulheres nos processos de paz e segurança, assegurando que o planejamento público e orçamento respondam às necessidades e direitos das mulheres” (p. 3).

Paralelamente à atuação da CSW e ao surgimento da ONU Mulheres, outros agentes políticos, econômicos e sociais surgiram no contexto do movimento internacional de direitos das mulheres e o tema passa a ser adotado também nas pautas de organizações existentes,

⁸ “Também foi o fim de um processo. Desenvolveu uma agenda que poderia permanecer com as nações e os movimentos por algum tempo porque era tão abrangente” (tradução nossa).

⁹ Resolução que estabelece a criação da ONU Mulheres, A/Res/64/289, de 02 de julho de 2010.

¹⁰ Beijing Declaration and Platform for Action.

¹¹ Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

¹² Doc. E/CN.6/2011, 10 de dezembro de 2010.

¹³ Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

como por exemplo, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Internacional do Trabalho ou ainda outras agências da própria ONU, como o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esses passam a atuar conjuntamente com a ONU Mulheres. As ONGs, fundações e associações têm papel fundamental nessa conjuntura, pois representam as diversas pautas da sociedade civil nos diferentes espaços de articulação política e social, inclusive com crescente atuação nas instituições e órgãos governamentais e intergovernamentais, como é o caso da ONU Mulheres.

A despeito da multiplicidade de agentes atuantes em torno da questão de gênero, a ONU tem se posicionado, ao longo dos anos, como entidade articuladora de gênero, no âmbito das relações internacionais, coordenando, nas últimas sete décadas, a atuação entre governos, terceiro setor, sociedade civil e outras organizações internacionais e intergovernamentais. Soma-se a esse papel o caráter de representatividade que a ONU assume devido ao número de estados membros que a entidade abriga. Consolidando-se, assim, embora com críticas, como referência na definição da agenda de gênero em RI, segurança e manutenção de paz. São ações da ONU alguns dos principais acordos e iniciativas na área como o CEDAW (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*), *Women, Peace and Security United Nations Security Council Resolution (UNSCR) 1325*, e a Plataforma de Beijing+20.

2.1.1 CEDAW e UNSCR 1325

Durante a *UN Decade of Women*, em 1979, a Assembleia Geral da ONU adota a CEDAW que é, em setembro de 2016, o segundo tratado de direitos humanos da ONU mais ratificado, com 189 assinaturas¹⁴. A CEDAW é o primeiro instrumento internacional a definir discriminação contra a mulher, como faz em seu primeiro artigo:

*[...] any distinction, exclusion or restriction made on the basis of sex which has the effect or purpose of impairing or nullifying the recognition, enjoyment or exercise by women, irrespective of their marital status, on a basis of equality of men and women, of human rights and fundamental freedoms in the political, economic, social, cultural, civil or any other field. (CEDAW, 1979, p.1).*¹⁵

¹⁴Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-8&chapter=4&clang=_en>. Acesso em: 10 nov. 2016.

¹⁵ Qualquer distinção, exclusão ou restrição com base no sexo, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, numa base de

No total a CEDAW reuniu 30 artigos abrangentes e vinculados juridicamente na forma de princípios internacionais sobre os direitos da mulher. De acordo com a CEDAW, os governos se comprometeram a tomar "[...] todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com a finalidade de garantir-lhes o exercício e gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na base de igualdade com os homens" (p. 7). Com o passar do tempo a lei internacional dos direitos das mulheres, como também é conhecida, a CEDAW foi atualizada, em decorrência de recomendações do CSW, incorporando novos temas como HIV/AIDS, violência contra a mulher e mulheres com deficiência.

Vinte e um anos após a adoção da CEDAW, em 1979, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 31 de outubro de 2000, o UNSCR 1325 responsável pelo desenvolvimento da estrutura da agenda temática sobre mulher, paz e segurança. A resolução declarava que os estados membros deveriam "garantir crescente representação feminina em todos os níveis de tomada de decisão em instituições e mecanismos nacionais, regionais e internacionais para prevenção, gerenciamento e resolução de conflito" (UNSCR 1325, 2000, p. 2). O documento representava assim, um importante passo para as mulheres nas RI, que passavam de passivas recipientes de auxílio e justiça para agentes integrais de paz, estabilidade e segurança (HUDSON; LEIDL, 2015).

If the goal of a peace process is only to end violence, then women — who are rarely the belligerents — are unlikely to be considered legitimate participants. If the goal is to build peace, however, it makes sense to gain more diverse inputs from the rest of society¹⁶ (O'REILLEY; SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 1).

Os políticos decisores até então haviam focado as ações de empoderamento feminino nos campos da saúde, educação e desenvolvimento econômico. Porém, com a UNSCR 1325, o Conselho de Segurança demonstra que reconhece a relevância da experiência das mulheres e envolve o próprio Conselho de Segurança no avanço dos direitos das mulheres na resolução de conflitos e na manutenção de paz (COOMARASWAMY, 2015). A *World Conference on Human Rights*, em Viena em 1993; a *Fourth World Conference on Women*, em Beijing em 1995; bem como os conflitos pós dissolução da ex-União Soviética; e a violência baseada em

igualdade entre homens e mulheres, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no campo político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro.

¹⁶ “Se o objetivo de um processo de paz é apenas para acabar com a violência, então as mulheres - que são raramente os beligerantes - provavelmente não serão considerados participantes legítimas. Se o objetivo for construir a paz, no entanto, faz sentido ganhar inputs mais diversos do resto da sociedade” (tradução nossa).

gênero resultante desses conflitos são os eventos que culminam na aprovação da Resolução 1325.

Embora sejam documentos independentes, a CEDAW e a UNSCR 1325 podem ser utilizados de maneira a ampliar e aprofundar sua implementação e impacto devido à sinergia entre os dois conjuntos de normas. A UNSCR 1325 aumenta as possibilidades de aplicação da CEDAW, e esclarece o seu papel para as partes relacionadas com conflito e paz. De maneira complementar, a CEDAW oferece orientação estratégica concreta para ações a serem tomadas a partir dos compromissos gerais estabelecidos na UNSCR 1325.

2.1.2 Plataforma de Ação de Beijing

Vinte anos após o lançamento da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing, que serviu de parâmetro para a criação de programas e para a implantação de diretrizes de gênero na ONU, a organização propôs atualizar o documento com a Plataforma de Ação Beijing+20, visando renovar a vontade política e o compromisso; revitalizar o debate público por meio da mobilização social e da sensibilização; o reforço do conhecimento, baseado em evidências; e melhorar os recursos para alcançar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A Plataforma de Ação Beijing estabelece 12 áreas críticas de preocupação: mulheres e meio ambiente; mulheres no poder e na tomada de decisões; crianças do sexo feminino; mulheres e economia; mulheres e pobreza; violência contra as mulheres; direitos humanos das mulheres; educação e formação das mulheres; mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; mulheres e saúde; mulheres e meios de comunicação; mulheres e conflitos armados.

No contexto de paz e segurança a Plataforma é outra ferramenta na promoção da equidade de gênero, uma vez que aborda o papel da mulher em conflito armado e no processo de paz e institui uma série de objetivos estratégicos:

- a) ampliar a participação das mulheres na resolução de conflitos em níveis de tomada de decisão e proteger as mulheres que vivem em situações de conflitos armados ou sob ocupação estrangeira;
- b) reduzir os gastos militares excessivos e controlar a disponibilidade de armamentos;
- c) promover formas não violentas de resolução de conflitos e reduzir a incidência de abuso dos direitos humanos em situações de conflito;
- d) promover a contribuição das mulheres para desenvolver uma cultura de paz;

- e) proporcionar proteção, assistência e formação às mulheres refugiadas, outras mulheres deslocadas que necessitam de proteção internacional e mulheres deslocadas internamente; e
- f) prestar assistência às mulheres das colônias e territórios não autônomos.

A interseccionalidade e a complementaridade dos três diferentes documentos (CEDAW, UNSCR 1325 e Plataforma de Ação de Beijing) ficam estabelecidas nos próprios preâmbulos e relatórios elaborados pelas diferentes comissões para futura implementação pelos estados membros - sempre há referência entre eles. A convenção, a resolução e a plataforma formam o arcabouço teórico a partir do qual são criadas novas diretrizes nacionais e internacionais na área de gênero e segurança, como por exemplo a UNSCR 1820, de 2008, que solicita ao Secretário-Geral e seus enviados especiais que convidem mulheres a participar das discussões pertinentes à prevenção e resolução de conflito, a manutenção da paz e segurança, e a construção da paz pós-conflito.

2.2 EMPODERAMENTO FEMININO E A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA

*The true woman is as yet a dream of the future. A just government, a humane religion, a pure social life await her coming. Then, and not till then, will the golden age of peace and prosperity be ours.*¹⁷

No final do século XIX, as mulheres americanas eram social e economicamente avançadas, entretanto, em termos políticos, não desfrutavam de poder e representação, além de não estarem organizadas nacionalmente em torno de um movimento em prol dos direitos das mulheres (MICHEL; SCHULER, 2016). Mesmo nesse contexto, surgem iniciativas isoladas, clubes de mulheres e grupos de igrejas que começam a advogar pela causa da paz e contra violência doméstica.

Na primeira metade do século XX, tais iniciativas evoluíram para movimentos políticos estruturados nacionais e internacionais, com lideranças formais e influentes, conquistas concretas e pautadas, principalmente, em torno das questões de paz e segurança (ALONSO, 1993). Além disso, cabe destacar a atuação diplomática da então primeira dama e Chair da *Commission on the Status of Women*, Eleanor Roosevelt e sua influência na política externa americana, tendo escrito um documentário chamado "*Women in Defense*", produzido

¹⁷ “A verdadeira mulher ainda é um sonho do futuro. Um governo justo, uma religião humana, uma vida social pura esperam sua vinda. Então, e não até então, a idade de ouro da paz e prosperidade será nossa” (tradução nossa). Discurso de Elizabeth Cady Stanton, considerada mãe do movimento pelos direitos e sufrágio das mulheres dos EUA, 1888 (ALONSO, 1993, p. 44).

antes da Segunda Guerra Mundial e se envolvido fortemente com as questões de refugiados. Após a morte de seu marido, ela exerceu papel instrumental na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos na ONU (GLENDON, 2002).

Nas décadas de 60 e 70, o movimento pelos direitos das mulheres, a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria pautaram as questões de gênero e relações internacionais com iniciativas que pleiteavam por paz e desarmamento nuclear. Jimmy Carter criou o *National Advisory Council on Women* e o escritório de Desenvolvimento da Mulher na *United States Agency for International Development* (USAID), explicitando e institucionalizando a relação entre mulheres e desenvolvimento internacional (HUDSON e LEIDL, 2015). Este posicionamento em relação à causa dos direitos das mulheres fica claro no papel ativo dos Estados Unidos da América (EUA) na elaboração da CEDAW, que foi assinada pelo presidente Jimmy Carter em 17 de julho de 1980, embora a administração Reagan tenha desconsiderado o documento (GARNER, 2013).

Em reportagem no *Boston Globe* de 10 de outubro de 1985, Reagan afirma que as mulheres:

[...] not [...] going to understand [missile] throw-weights or what is happening in Afghanistan or what is happening in human rights. ... Some women will, but most women... would rather read the human interest stuff of what happened. (TICKNER, 1992, p.2)¹⁸.

A declaração gera protestos e "feministas citam papéis relevantes das mulheres nos vários movimentos pacifistas do século XX como prova de sua competência em assuntos internacionais" (TICKNER, 1992, p. 2). Paralelamente, entretanto, Reagan nomeou Jeane Kirkpatrick para o cargo de embaixadora americana nas Nações Unidas, tendo sido a primeira mulher a exercer o cargo. As fortes posições de Kirkpatrick a favor do anticomunismo de uma política de defesa nacional revigorada coincidiam com a administração Reagan, de cuja política externa se tornou uma porta-voz amplamente conhecida.

2.2.1 Bill Clinton: representatividade, mudança institucional e direitos humanos

Let me begin this morning with one very simple statement. Advancing the status of women is not only a moral imperative; it is being actively integrated into the foreign

¹⁸ “[...] não vão [...] entender os pesos dos mísseis ou o que está acontecendo no Afeganistão ou o que está acontecendo com os direitos humanos. ... Algumas mulheres o farão, mas a maioria das mulheres ... prefere ler o material de interesse humano do que aconteceu” (tradução nossa).

*policy of the United States. It is our mission. It is the right thing to do, and frankly, it is the smart thing to do*¹⁹.

Durante a administração do presidente Clinton, nos anos 90, a pauta de gênero e as necessidades das mulheres são incorporadas institucionalmente na elaboração da política externa e nas questões de segurança internacional (GARDNER, 2013). A então Secretária de Estado da Administração Clinton, Madeleine Albright, afirmou "*we are incorporating concerns related to women into the mainstream of American foreign policy*"²⁰ em relação às medidas adotadas pelo presidente e sua equipe.

Esse período é um divisor de águas nas questões de gênero e Relações Internacionais nos Estados Unidos e muito pode ser atribuído ao trabalho de feministas americanas dentro e fora da administração Clinton que aproveitaram o contexto internacional pós-Guerra Fria, de conferências dos anos 90²¹ e que acompanham a ausência temporária de governos republicanos hostis aos direitos das mulheres e o surgimento de uma administração democrata mais simpática à causa feminista (GARDNER, 2013 apud RUNYAN, 2015). As principais ações implantadas na Administração Clinton, no que se refere às questões de gênero e política externa para fins desse trabalho, podem ser divididas principalmente em duas áreas: representação política e institucionalização e direitos humanos.

Teóricas do feminismo político internacional, como Carole Pateman (1989) e Joni Lovenduski (2005) argumentam que uma verdadeira democracia não existe se a metade feminina da sua população adulta não participa igualmente na esfera pública e, embora essa representação por si só não signifique mais valorização da pauta dos interesses femininos, na Administração Clinton ambos ocorreram paralelamente (GARDNER, 2013). William Jefferson Clinton nomeou mais mulheres para cargos seniores de ministério e administração do que qualquer um de seus antecessores, aumentando a influência feminina em decisões de âmbito e impacto nacional e internacional. De todas as nomeações, merece notoriedade a de Madeleine Albright, primeiramente para o cargo de Embaixadora da ONU (de 1993 a 1997) e, então para o cargo de Secretária de Estado (de 1997 a 2001), sendo a primeira mulher a exercer tal função. A nomeação de Albright sinalizava que a política externa e a segurança norte-americana já não eram território exclusivamente masculino (HUDSON; LEIDL, 2015).

¹⁹ Discurso da Secretária de Estado Madeleine Albright no Departamento de Estado em celebração do Dia Internacional da Mulher - 12 de março de 1997.

²⁰ "estamos incorporando preocupações relacionadas às mulheres no mainstream da política externa americana" (tradução nossa).

²¹ Conferências globais da década de 90: 1990 - *Conference on Children*, New York; 1992 - *Environment and Development*, Rio de Janeiro; 1993 - *Human Rights*, Vienna; 1994 - *Population*, Cairo; 1995 - *Social Development*, Copenhagen; 1995 - *Women*, Beijing; 1996 - *Housing*, Istanbul.

Além da questão de representação política, Bill Clinton criou, em 1994, o *Office of International Women's Issues* (OIWI) que "serve como órgão de coordenação do Departamento de Estado para todas as questões de política externa relacionadas com o avanço político, econômico e social das mulheres na democracia em todo o mundo" (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009²²). Além do OIWI, vinculado ao Departamento de Estado, Clinton criou o *President's Interagency Council on Women* (PICW), em agosto de 1995, que era o conselho ligado diretamente ao presidente composto de líderes de alto nível da administração que promoviam diversas iniciativas em consulta com ONGs feministas (GARNER, 2013).

*"Women's Rights are Human Rights"*²³.

A célebre frase da então primeira-dama, Hillary Clinton, representa a abordagem confluyente das agendas de direitos humanos e de direitos das mulheres do governo Clinton. Contraditoriamente, foi durante essa administração que o Senado dos Estados Unidos votou pela não ratificação da CEDAW, apesar do *lobby* do presidente e da primeira-dama. Ainda assim, os Estados Unidos atuaram fortemente na proposição e aprovação de tratados contra mutilação feminina, prossecução de estupro como crime de guerra, e tráfico de pessoas - especialmente mulheres e crianças. Paralelamente, a administração Clinton promoveu o apoio a refugiados, a defesa dos direitos reprodutivos, o fomento à saúde da mulher, o combate ao HIV/AIDS. O financiamento de programas de assistência humanitária, em conjunto com agências da ONU, foi de fundamental importância na reconstrução da democracia e sociedade civil de países como Ruanda e Bósnia (GARNER, 1995).

De acordo com um *fact sheet* elaborado pela equipe da Departamento de Estado do Governo Bill Clinton, uma das principais atividades na promoção do avanço das mulheres foi o início da integração da temática de gênero no processo de política externa, justamente por meio da mudança institucional, como é possível observar nas criações do PICW, do OIWI e do cargo de Coordenador Sênior para Assuntos Internacionais da Mulher cujo papel é promover os direitos humanos das mulheres no âmbito da política externa americana. Também há de se destacar a participação do governo americano na elaboração do UNSCR 1325, documento que indica que o Conselho de Segurança reconheceu a relevância das experiências de mulheres em conflito e passa a valorizar a representatividade feminina na resolução de conflitos e processos de paz (UNIFEM, 2006), além do aumento expressivo do

²² US Department of State Website.2001-2009. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/>>. Acesso em: 05 out. 2016.

²³ "Os direitos das mulheres são direitos humanos" (tradução nossa).

número da representatividade feminina no próprio Departamento de Estado, principalmente em cargos estratégicos e de tomada de decisão.

2.2.2 George W. Bush: o 11 de setembro e a construção da narrativa de intervenção baseada nos direitos das mulheres

As President Bush has said, we have a great opportunity during this time of war against terrorism to lead the world toward the universal values that bring lasting peace. America always stands firm for the non-negotiable demands of human dignity, including respect for women. I look to the men and women of the State Department to help me ensure that women's issues are a strong and active component of our foreign policy²⁴.

Após dois mandatos do presidente Bill Clinton, George W. Bush é eleito em 2000 com uma significativa diferença nos votos entre homens e mulheres e com apoio entre as eleitoras mulheres consideravelmente baixo (FLANDERS, 2004). E a gestão "não começou bem em termos de percepção à sensibilidade aos interesses das mulheres" (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 31), ao cortar fundos para organizações internacionais e reduzir fundos da UNFPA. Em relação à gestão anterior, também houve significativa redução na representatividade feminina em cargos de alto nível na formulação de política externa. Essas ações geraram críticas de feministas que argumentaram: "[...] that Bush's real war is not against terror, but rather against women, at home and around the world²⁵" (FLANDERS, 2004 apud BRENNER, 2009, p. 18).

*[...] the United States must defend liberty and justice because these principles are right and true for all people everywhere [...] America must defend the nonnegotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the absolute power of the state; free speech; freedom of worship; equal justice; **respect for women**; religious and ethnic tolerance; and respect for private property²⁶.*

Hudson e Leidl (2015) destacam que a administração Bush não deixa o foco nas questões de mulher mesmo tendo enfrentado um dos maiores desafios de política externa do início do novo século: o ataque de 11 de setembro. As autoras defendem que a gestão não

²⁴ Colin L. Powell - *Women's Issues Are Integral to Our Foreign Policy*, State Magazine, Washington, DC, abr. 2003, n. 467, Departamento de Estado dos EUA.

²⁵ "que a verdadeira guerra de Bush não é contra o terror, mas sim contra as mulheres, em casa e em todo o mundo" (tradução nossa).

²⁶ "Os Estados Unidos devem defender a liberdade e a justiça porque esses princípios são corretos e verdadeiros para todas as pessoas em todos os lugares [...] A América deve defender as exigências não negociáveis da dignidade humana: o Estado de Direito; limites do poder absoluto do Estado; discurso livre; liberdade de culto; igualdade de justiça; respeito pelas mulheres; tolerância religiosa e étnica; e respeito pela propriedade privada" (tradução nossa). George W. Bush, *National Security Strategy*, n. 3, set. 2002.

recebeu os devidos créditos em relação às iniciativas no avanço das mulheres no que tange às relações internacionais. Outras estudiosas sublinham que George W. Bush usou a manipulação da retórica feminista como forma de ganhar apoio público para suas ações e de promover uma agenda econômica e de segurança neoconservadora (BRENNER, 2009). "O apelo para os direitos das mulheres era, portanto, uma tentativa cínica de obter apoio para a guerra entre os cidadãos dos Estados Unidos e de outros países liberais" (YOUNG, 2003 apud HUDSON; LEIDL, 2015, p. 34).

Surge o discurso dicotômico de 'nós *versus* eles', que se caracteriza por violações de direitos humanos e direitos das mulheres em determinados lugares do mundo, contrastando com o ideal de "liberdade", "justiça" e "democracia" dos Estados Unidos, o que justificaria diferentes tipos de intervenções nos países infratores - Sudão, Afeganistão, Birmânia, Coreia do Norte, a China, o Iraque (BRENNER, 2009). Somado a esse discurso, há a 'lógica da proteção masculinista', conceito de Iris M. Young, no qual as mulheres afegãs são representadas como vítimas de 'homens maus e não civilizados' que necessitam ser resgatadas e libertadas, reforçando estereótipos de gênero (FLANDERS, 2004). O discurso funciona: o OIWI recebe doações para apoiar mulheres vítimas do Talibã.

A intervenção no Afeganistão aconteceu com relevante interesse nas questões das mulheres e assim foi criado o *U.S.-Afghan Women's Council*, parcerias público privadas, o *Laura Bush Afghan Women's Leaders Fund*, doações para treinamento de mulheres empreendedoras e uma série de outros projetos também visando a efetiva e plena participação das mulheres afegãs na futura reconstrução política do país. Quando os EUA invadiram o Iraque, as mesmas táticas foram adotadas, porém com os aprendizados do Afeganistão e com os primeiros US\$10 milhões de assistência do governo Bush sendo destinados à fundação do *Iraqi Women's Democracy Initiative* (HUDSON; LEIDL, 2015).

Outras medidas adotadas durante a administração Bush foram a descontinuação do PICW, embora de acordo com Paula Dobriansky, Subsecretária para Democracia e Assuntos Globais, as atividades do conselho foram diluídas em outras agências (HUDSON; LEIDL, 2015). Bush ainda apoiou a aprovação do UNSCR 1820, que enquadra estupro e outras formas de violência sexual como crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou de um ato constitutivo em relação ao genocídio, em 2008; e defendeu a criação da ONU Mulheres em 2010 (HUDSON; LEIDL, 2015).

Internacionalmente, todavia, uma das principais críticas ao governo Bush por parte de feministas, ONGs e de outros países foi a não ratificação do CEDAW e o silêncio da gestão em relação ao tema. Embora no início do seu governo o presidente tenha se mostrado

favorável, com o tempo ele mudou de posicionamento. Em 2002, o Comitê de Relações Exteriores do Senado votou por 12 a 7 pela aprovação do tratado, mas esse nunca chegou a ir para o Senado para que fosse ratificado. Atualmente o CEDAW é o segundo tratado de direitos humanos com maior número de países signatários no mundo e os Estados Unidos é a única democracia que não o ratificou (LOWEN, 2009).

Neste capítulo foi discutida a contextualização da temática da mulher nas relações internacionais, especialmente no que se refere às questões de desenvolvimento e segurança internacional a partir da Segunda Guerra Mundial, quando surge a ONU e as mulheres se organizam de maneira institucionalizada no cenário internacional. Nessa perspectiva, a CEDAW, a UNSCR 1325 e a Plataforma de Ação de Beijing são os instrumentos que estruturam o framework da agenda de mulheres nas relações internacionais. A revisão histórica continuou com a análise da política externa americana e o papel das ações voltadas para o avanço das mulheres, com destaque para as políticas dos presidentes Bill Clinton que, conforme foi visto, foi fundamental na integração da temática feminina no processo de política externa; e George W. Bush que utiliza essa integração para construir uma narrativa que dá suporte às intenções realistas e securitárias de política externa americana enquanto conquista apoio da população - ainda que sob crítica das feministas e especialistas em direitos humanos.

3 DOCTRINA HILLARY COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA

A expressão *Doutrina Hillary* surge, inicialmente, na matéria de capa da revista *Newsweek* publicada em março de 2011, assinada pela jornalista Gayle Tzemach Lemmon sobre as iniciativas da então Secretária de Estado Hillary Clinton, que visavam a integração da política externa americana com o avanço das questões femininas (SMITH, 2015) e, posteriormente, é popularizado por jornalistas e acadêmicos. Hudson e Leidel adotam o termo, no título da sua obra, *The Hillary Doctrine: Sex & American Foreign Policy*, de 2015, esclarecendo que a *Doutrina Hillary* se refere a uma ideia, um conceito, que "*the subjugation of women is a direct threat to the common security of the world and to the national security of the [United States]*"²⁷(HUDSON; LEIDL, 2015)²⁸.

A seguir, apresenta-se uma síntese das ideias e conceitos que fundamentam a base ideológica da denominada *Doutrina Hillary*, a partir da análise de discursos e entrevistas da então Secretária de Estado e sua equipe, documentos oficiais, projetos do Departamento de Estado e da bibliografia existente. Ainda, o contexto e os principais interesses de política externa americana da época são analisados a partir de quatro exemplos paradigmáticos; e os interesses pessoais de Hillary Rodham Clinton são desenvolvidos objetivando melhor compreensão da doutrina e sua posterior implantação e impacto.

3.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS: A FUNDAMENTAÇÃO DA DOCTRINA HILLARY

No dia 13 de janeiro de 2009, durante a audiência de confirmação do Senado para o cargo de Secretário de Estado, Hillary deixava claro sua intenção de integrar as questões das mulheres na estratégia de política externa americana:

And I want to pledge to you that, as Secretary of State I view these issues as central to our foreign policy, not as adjunct, or auxiliary or as any way lesser than all of the other issues that we have to confront. I, too, have followed the stories that are exemplified by the pictures that you held up. I mean, it is heartbreaking beyond words that, you know, young girls are attacked on their way to school by Taliban sympathizers and members who do not want young women to be educated. It's not complicated. They want to maintain an attitude that keeps women, as I said in my testimony, unhealthy, unfed, uneducated, and this is something that results all too often in violence against these young women, both within their families, and from the outside. This is not culture, this is not custom—this is criminal. And it will be my hope to persuade more governments—as I have attempted to do since I spoke at Beijing on these issues, you know, 13 and some years ago—that we cannot have a

²⁷ "A subjugação das mulheres é uma ameaça direta à segurança comum do mundo e à segurança nacional dos Estados Unidos" (tradução nossa). Discurso da Secretária de Estado Hillary Clinton durante a *TEDWomen Conference*, 8 dez. 2010.

²⁸ Disponível no Prefácio, p. XIV.

*free, prosperous, peaceful, progressive world if women are treated in a such a discriminatory and violent way. [...]The United States must be an unequivocal and unwavering voice in support of women's rights in every country on every continent*²⁹ (U.S. GOVERNMENT, 2010, p. 22-23).

Hillary retoma, em sua fala, a temática dos direitos humanos que tinha abordado durante a *Fourth World Conference on Women*, em Pequim, dentro da lógica intervencionista da política externa americana, destacando o papel das mulheres no desenvolvimento mundial. Ao longo de toda a audiência de confirmação de Hillary Clinton para o cargo de Secretária de Estado, a palavra "*women*" (mulheres) é mencionada 77 vezes, o que indicava a predileção de Clinton pela temática, numa prévia das políticas que seriam implementadas em sua gestão. Para fins de comparação, nas audiências de seus antecessores Condoleezza Rice, Colin Powell e Madeleine Albright, o mesmo termo foi citado 36, nove vezes e uma vez, respectivamente.

A concepção dos princípios da *Doutrina Hillary* se desenvolve, principalmente, em torno da confluência de dois fatores: a trajetória de Hillary Clinton e o longo envolvimento pessoal da Secretária de Estado com os direitos das mulheres; e a maior maturidade institucional do Departamento de Estado americano, em consequência das ações das gestões anteriores, principalmente de Bill Clinton e George W. Bush, com Condoleezza Rice, Colin Powell e Madeleine Albright à frente do órgão. Bill Clinton ampliou a representatividade feminina e introduziu a temática de gênero na pauta do Departamento de Estado (GARNER, 2013), já George W. Bush, em virtude do Ataque de 11 de setembro incorporou questões de segurança nacional na agenda (HUDSON; LEIDL, 2015).

Quando Hillary Clinton assumiu o cargo de Secretária de Estado ela agregou sua experiência pessoal com o tema, sua atuação enquanto Primeira Dama dos EUA e a legitimidade de ser mulher e vinculada ao Partido Democrata, historicamente alinhado com a defesa dos direitos das mulheres (GARNER, 2013).

A doutrina encontra sua base teórica em pesquisas que mostram que "existe uma forte e significativa relação estatística entre a segurança física das mulheres e a paz relativa dos

²⁹ “Eu quero prometer a vocês que, como Secretária de Estado, vejo essas questões como fundamentais para a nossa política externa, não como adjuntas ou auxiliares ou como menores que todas as outras questões que temos de enfrentar. Eu, também acompanhei as histórias que são exemplificadas pelas fotos que você mostrou. Quero dizer, é desolador que, meninas jovens sejam atacadas em seu caminho para a escola por simpatizantes do Taliban e membros que não querem que garotas sejam educadas. Não é complicado. Eles querem manter uma atitude que mantém as mulheres, como eu disse no meu testemunho, insalubres, sem alimentação, sem instrução, e isso é algo que resulta muitas vezes na violência contra essas jovens mulheres, tanto dentro de suas famílias como de fora. Isso não é cultura, isso não é costume, isso é criminoso. E será minha esperança persuadir mais governos - como tentei fazer desde que falei em Pequim sobre essas questões, você sabe, há alguns anos - que não podemos ter um mundo livre, próspero, pacífico e progressista se as mulheres são tratadas de forma tão discriminatória e violenta. [...] Os Estados Unidos devem ser uma voz inequívoca e inabalável no apoio aos direitos das mulheres em todos os países de todos os continentes” (tradução nossa).

estados" (HUDSON et al, 2009. p. 41), como é possível perceber no discurso proferido por Hillary em 2010 na *TEDWomen Conference*, em Washington, DC:

So the United States has made empowering women and girls a cornerstone of our foreign policy, because women's equality is not just a moral issue, it's not just a humanitarian issue, it is not just a fairness issue; it is a security issue. It is a prosperity issue and it is a peace issue. And therefore, when I talk about why we need to integrate women's issues into discussions at the highest levels everywhere in the world, I'm not doing it just because I have a personal commitment, or not just because President Obama cares about it; I'm doing it because it's in the vital interest of the United States of America.

[...] Give women equal rights, and entire nations are more stable and secure. Deny women equal rights, and the instability of nations is almost certain.

*The subjugation of women is, therefore, a threat to the common security of our world and to the national security of our country*³⁰ (CLINTON, 2010, p. 1).

As palavras ‘prosperidade’ e ‘estabilidade’, no sentido de ‘desenvolvimento’, aparecem acompanhadas da expressão ‘segurança nacional’ em conformidade com a estratégia *Diplomacy 3.0* que representava os três pilares essenciais da política externa americana da época: diplomacia, desenvolvimento e defesa (2009 U.S. DEPARTMENT OF STATE AGENCY REPORT). O desenvolvimento internacional fica a cargo da USAID, agência vinculada ao departamento de Estado, cujos principais objetivos são promover a prosperidade socioeconômica, erradicar a pobreza e possibilitar que sociedades democráticas desenvolvam seu potencial. Nesse sentido, as ideias que sustentam a *Doutrina Hillary* estão fundamentadas, fundamentalmente, em torno dos conceitos de desenvolvimento e defesa e estão assimiladas com a macro estratégia de política externa dos Estados Unidos.

Embora a literatura existente sobre a *Doutrina Hillary* aborde tanto desenvolvimento quanto segurança/defesa, é necessário destacar que há uma hierarquia, tanto em termos de orçamento para ações, quanto em termos de ênfase de discurso, com prevalência das questões de segurança nacional sobre o tema de desenvolvimento internacional. Essa hierarquia se reflete nas ações e nos seus respectivos impactos, conforme serão analisados no próximo capítulo. Shapiro e Sokolsky (2016) afirmam que as visões de política externa de Hillary Clinton são conhecidas e que muitos a definem como uma "*hawk*", alguém que defende uma

³⁰ “Por isso, o Estado Unido fez do empoderamento de meninas e mulheres o pilar da nossa política externa, porque a igualdade de gênero não é apenas uma questão moral, não é apenas uma questão humanitária, não é apenas uma questão de equidade; é uma questão de segurança. É uma questão de prosperidade e é uma questão de paz. E, portanto, quando falo sobre porque precisamos integrar as questões das mulheres em discussões nos mais altos níveis em todo o mundo, não o faço apenas porque tenho um compromisso pessoal, ou não só porque o Presidente Obama se preocupa com isso; estou fazendo isso porque está no interesse vital dos Estados Unidos da América. [...]. Dê às mulheres direitos iguais, e nações inteiras são mais estáveis e seguras. Negue às mulheres direitos iguais, e a instabilidade das nações é quase certa.

A subjugação das mulheres é, portanto, uma ameaça à segurança comum do nosso mundo e à segurança nacional do nosso país” (tradução nossa).

política agressiva e bélica, especialmente em assuntos internacionais. O destaque para o tema de segurança se manifesta, principalmente, nos textos do *National Security Strategy* e do *National Action Plan on Women, Peace and Security* (NAP).

A proposta da integração de agendas fica explícita no *National Security Strategy* de 2010, no qual a palavra "women" aparece 17 vezes. A título de comparação no *National Security Strategy* anterior, de 2002, a palavra apareceu somente uma vez. Qualitativamente, o documento suporta a tese da *Doutrina Hillary*, oficializando o vínculo entre paz e prosperidade com direitos das mulheres na estratégia de segurança e política externa americana:

*Supporting the Rights of Women and Girls: Women should have access to the same opportunities and be able to make the same choices as men. Experience shows that countries are more peaceful and prosperous when women are accorded full and equal rights and opportunity. When those rights and opportunities are denied, countries often lag behind*³¹ (THE WHITE HOUSE, 2010, p. 46).

Para além do *National Security Strategy* 2010, em dezembro de 2011, a gestão Obama-Clinton desenvolve o NAP, com vistas à implementação do UNSCR 1325, a partir da convocação prévia, em 20104, do Conselho de Segurança, para os estados membros desenvolverem seus planos nacionais de implementação (HUDSON; LEIDL, 2015):

*First, the engagement and protection of women as agents of peace and stability will be central to the United States' efforts to promote security, prevent, respond to, and resolve conflict, and rebuild societies. Second, by building on the goals for gender integration described in the United States National Security Strategy and the Quadrennial Diplomacy and Development Review, the United States' efforts on Women, Peace, and Security will complement and enhance existing initiatives to advance gender equality and women's empowerment, ensure respect for human rights, and address the needs of vulnerable populations in crisis and conflict environments*³² (THE WHITE HOUSE, 2011, p. 1).

³¹ “Apoiar os direitos das meninas e mulheres: As mulheres devem ter acesso e serem capazes de fazer as mesmas escolhas que os homens. A experiência mostra que os países são mais pacíficos e prósperos quando as mulheres recebem direitos e oportunidades iguais e completos. Quando esses direitos e oportunidades são negados, os países muitas vezes ficam para trás” (tradução nossa).

³² “Em primeiro lugar, o envolvimento e a proteção das mulheres como agentes de paz e estabilidade serão essenciais para os esforços dos Estados Unidos para promover a segurança, prevenir, responder e resolver conflitos e reconstruir as sociedades.

Em segundo lugar, com base nos objetivos de integração de gênero descritos na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos e no QQDR, os esforços dos Estados Unidos em Mulheres, Paz e Segurança **complementarão** e reforçarão as iniciativas existentes para promover a igualdade de gênero e as mulheres. Assegurar o respeito pelos direitos humanos e responder às necessidades das populações vulneráveis em situações de crise e de conflito” (tradução nossa).

Jen Klein, conselheiro de Hillary para assuntos globais de mulheres, em entrevista para Hudson e Leidl (2015), destacou quatro princípios que guiavam seu trabalho e estruturavam as políticas de mulheres e relações internacionais à época:

1. *This is a nonpartisan issue.*
2. *The United States is not imposing its views on other nations.*
3. *The work must be based in evidence, even though we also feel it's the right thing to do.*
4. *These efforts must demonstrate that the benefits accrue not only to women but to national interests such as security and prosperity.*³³ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 190).

Em março de 2012, o Departamento de Estado publicou as Diretrizes de Política do Departamento para Promover a Igualdade de Gênero para Alcançar nossos Objetivos de Segurança Nacional e Política Externa, documento inédito cujo objetivo era oferecer orientações ao Departamento de Estado sobre como promover a igualdade de gênero no serviço da política externa americana. Nesse documento é apresentada a visão da Secretária de Estado, onde os princípios apontados por Jen Klein são expressos:

*Evidence shows that investments in women's employment, health, and education are correlated with greater economic growth and more successful development outcomes. Engaging women as political and social actors can change policy choices and makes institutions more representative and better performing. And a growing body of evidence shows that women bring a range of unique experiences and contributions in decision-making on matters of peace and security that lead to improved outcomes in conflict prevention and resolution*³⁴ (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012b. p. 2).

Em relação aos Estados Unidos não impor seu ponto de vista sobre outras nações, é importante destacar a entrevista de Melanne Vermeer, onde há uma clara percepção do poder americano na definição de agendas e como *role model* para outros países em termos de empoderamento feminino:

³³1. Esta é uma questão não-partidária.

2. Os Estados Unidos não estão impondo seus pontos de vista sobre outras nações.

3. O trabalho deve ser baseado em evidências, mesmo que também seja a coisa certa a fazer.

4. Esses esforços devem demonstrar que os benefícios não são apenas para as mulheres, mas também para os interesses nacionais, como a segurança e a prosperidade” (tradução nossa).

³⁴ “As evidências mostram que os investimentos em emprego, saúde e educação das mulheres estão correlacionados com um maior crescimento econômico e resultados de desenvolvimento mais bem-sucedidos. A participação das mulheres como atores políticos e sociais pode mudar as escolhas políticas e tornar as instituições mais representativas e de melhor desempenho. E um corpo crescente de evidências mostra que as mulheres trazem uma gama de experiências únicas e contribuições na tomada de decisões sobre questões de paz e segurança que levam a melhores resultados na prevenção e resolução de conflitos” (tradução nossa).

We have a lot of work to do at home, as every other country does. In no country in the world are men and women equal. But I think the fact that we address many of our problems or are working at addressing them does certainly resonate internationally. We've created legislation to combat violence against women, which was first adopted in the 1990s. Our trafficking law wasn't passed until 2000, but we worked at it and it is a model for the world. It may help other countries to see the path we took [...]

Well, we know what progress our country has made. We are still on that road. Women everywhere are on that journey and we need each other. [...] We may be in different places on the journey. [...] All over the world, women who face difficult situations need to chart progress. So we're not perfect, but we work at these issues and in many ways we have succeeded and can help others address similar challenges³⁵. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012(a), p. 9)

Em uma fala para os estudantes da *Georgetown University*, em 2011, Hillary reitera a visão de Melanne Verveer sobre o papel americano, com a famosa - e polêmica - frase "*it's not cultural, it's criminal*³⁶":

But there are certain actions that are beyond any cultural norm. Beating women is not cultural, it's criminal, and it needs to be addressed and treated as such. [...]

So we are aware of the sensitivities, and what we try to do is, wherever possible, have a respectful dialogue. The training and programmatic approaches that we support through USAID and other institutions, certainly attempts to do that. But then there are certain areas where you cannot accommodate, you cannot be sensitive, you have to draw lines, and we are looking for how to do that. [...]

And so when countries are running afoul of their own best selves, when a great country with such a history as Egypt is seeing unfold before their eyes this kind of violence, then there needs to be a reaction from within. And women's voices need to be heard and women need to be protected as they assume a position at every table in the country to make decisions about the future³⁷ (CLINTON, 2011, p. 7).

³⁵ “Temos muito trabalho a fazer em casa, como todos os outros países. Em nenhum país do mundo há igualdade entre homens e mulheres. Mas eu acho que o fato de que lidamos com muitos de nossos problemas ou estamos trabalhando para enfrentá-los certamente ressoa internacionalmente. Criamos legislação para combater a violência contra as mulheres, que foi adotada pela primeira vez na década de 1990. Nossa lei de tráfico não foi aprovada até 2000, mas trabalhamos nela e é um modelo para o mundo. Podemos ajudar outros países a ver o caminho que tomamos. [...]

Bem, nós sabemos que progresso nosso país fez. Ainda estamos nessa estrada. Mulheres em todos os lugares estão nessa jornada e precisamos uns dos outros. [...] podemos estar em diferentes lugares da viagem. [...] em todo o mundo, as mulheres que enfrentam situações difíceis precisam traçar o progresso. Portanto, não somos perfeitos, mas trabalhamos nessas questões e, de muitas maneiras, conseguimos e podemos ajudar outros a enfrentar desafios semelhantes” (tradução nossa).

³⁶ “Não é cultural, é criminal” (tradução nossa).

³⁷ “Mas existem certas ações que estão além de qualquer norma cultural. Bater em mulheres não é cultural, é criminoso, e precisa ser tratado e tratado como tal. [...]

Portanto, estamos conscientes das sensibilidades, e o que tentamos fazer é, sempre que possível, ter um diálogo respeitoso. A formação e as abordagens programáticas que apoiamos através da USAID e de outras instituições, certamente tentam fazer isso. Mas, em seguida, há certas áreas onde você não pode acomodar, você não pode ser sensível, você precisa ter limites, e estamos procurando como fazer isso. [...]

E assim, quando os países estão enfrentando os seus próprios melhores eus, quando um grande país com uma história como o Egito está vendo desdobrar diante de seus olhos esse tipo de violência, então precisa haver uma reação de dentro. E as vozes das mulheres precisam ser ouvidas e as mulheres precisam ser protegidas à medida que assumem uma posição em todas as mesas do país para tomar decisões sobre o futuro” (tradução nossa).

Embora a ex-Secretária de Estado americana não reconheça a *Doutrina Hillary* como um projeto político formal, em seu livro bibliográfico *Hard Choices*, publicado em 2014, ela declara que considera que a implantação dos princípios nos quais se baseiam a doutrina foram cruciais para a estratégia de política externa americana (SHARMA, 2016(a)):

It was no coincidence that the places where women's lives were most undervalued largely lined up with the parts of the world most plagued by instability, conflict, extremism, and poverty. This was a point lost on many of the men working across Washington's foreign policy establishment, but over the years I came to view it as one of the most compelling arguments for why standing up for women and girls was not just the right thing to do but also smart and strategic... The correlation was undeniable, and a growing body of research showed that improving conditions for women helped resolve conflicts and stabilize societies. "Women's issues" had long been relegated to the margins of U.S. foreign policy and international diplomacy, considered at best a nice thing to work on but hardly a necessity. I became convinced that, in fact, this was a cause that cut to the heart of our national security³⁸ (CLINTON, 2014, p. 562).

Embora não tenha caráter oficial ou formal, a *Doutrina Hillary* representa uma série de ações e proposições adotadas pela ex-Secretária de Estado Hillary Clinton, de maneira intencional, visando a integração da agenda de direitos das mulheres com de política externa americana.

3.2 *DOUTRINA HILLARY* E A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA: VALORES, CONTEXTO E INTERESSES

Para um entendimento aprofundado da *Doutrina Hillary*, é necessário ultrapassar o estudo dos seus valores e conceitos, buscando compreender o contexto de política externa americana no qual surge essa ideologia, as diretrizes de RI sob a gestão de Hillary, bem como os interesses da proponente, Hillary Clinton, e dos Estados Unidos naquela conjuntura.

3.2.1 "*Investing in women is the smart thing to do*": *Doutrina Hillary* e o *smart power*

³⁸ “Não foi por acaso que os lugares onde as vidas das mulheres foram mais subvalorizadas se alinharam em grande parte com as partes do mundo mais atormentadas pela instabilidade, conflito, extremismo e pobreza. Este foi um ponto perdido em muitos dos homens trabalhando no sistema de política externa em Washington, mas ao longo dos anos eu passei a vê-lo como um dos argumentos mais convincentes para a defesa de meninas e mulheres não era apenas a coisa certa a fazer, mas também inteligente e estratégica... A correlação era inegável, e um corpo crescente de pesquisa mostrou que melhorar as condições para as mulheres ajudou a resolver conflitos e estabilizar as sociedades. "Os problemas das mulheres" há muito tempo foram relegados às margens da política externa dos EUA e da diplomacia internacional, considerados na melhor das hipóteses uma coisa agradável para trabalhar, mas dificilmente uma necessidade. Fiquei convencida de que, de fato, essa foi uma causa que cortou o coração da nossa segurança nacional” (tradução nossa).

Santos e Teixeira (2015) apresentam o uso do discurso político americano como forma de promoção global dos valores americanos: democracia, liberdade, individualismo, e liberalismo. Embora registros históricos evidenciem que as decisões de política externa americana tenham sido motivadas, em sua maioria, por interesses de segurança, os autores sublinham que há um aumento das iniciativas motivadas com base em interesses vinculados à democratização e aos direitos humanos, como seria o caso da *Doutrina Hillary*. Eles destacam a importância da construção do discurso, por meio da análise de falas do Presidente Obama, da Secretária de Estado e do Secretário de Defesa para angariar o apoio do povo americano em ações realizadas em território estrangeiro, bem como o *modus operandi* dessas ações, caracterizadas como estratégia ‘*leading from behind*’: "os norte-americanos só fornecerão apoio para a construção da democracia nos países-alvo, enquanto esta tarefa deve ser desempenhada pelos próprios locais" (SANTOS; TEIXEIRA, 2015, p. 1).

Esse balanço entre ações de cunho idealista e realista é o que Joseph Nye caracteriza como *smart power*, a "combinação de *hard power* e *soft power*" (NYE, 2009), um dos princípios fundamentais da diplomacia da gestão Obama, popularizado na audiência de confirmação ao Senado de Hillary Clinton para o cargo de Secretário de Estado:

*We must use what has been called smart power---the full range of tools at our disposal---diplomatic, economic, military, political, legal, and cultural---picking the right tool, or combination of tools, for each situation. With smart power, diplomacy will be the vanguard of foreign policy*³⁹ (U.S. GOVERNMENT, 2010, p. 17).

A primeira *Ambassador-at-Large for Global Women's Issues*, Melanne Verveer, salienta a aplicação do *smart power*, por Clinton, especialmente no contexto da *Doutrina Hillary*:

*Secretary Clinton has championed the use of "smart power": deploying all the tools at America's disposal to advance national interests — not just military might, but also diplomacy, development, and America's enduring values. Advocating for women's full economic, social, and political participation around the world is one of the most potent weapons in America's smart-power arsenal. And it's one we shouldn't even hesitate to unleash*⁴⁰ (VERVEER, 2012, p. 4).

³⁹ “Devemos usar o que chamamos de *smart power* --- toda a gama de ferramentas à nossa disposição --- diplomática, econômica, militar, política, legal e cultural --- escolhendo a ferramenta certa, ou combinação de ferramentas, para cada situação. Com o *smart power*, a diplomacia será a vanguarda da política externa” (tradução nossa).

⁴⁰ “A Secretária Clinton defendeu o uso do "*smart power*": implementar todas as ferramentas à disposição da América para promover os interesses nacionais - não apenas o poder militar, mas também a diplomacia, o desenvolvimento e os valores duradouros da América. Defender a plena participação econômica, social e política das mulheres em todo o mundo é uma das armas mais poderosas do arsenal de poder inteligente dos Estados Unidos. E é um que não devemos nem hesitar em desencadear” (tradução nossa).

Para Sharma (2016), a *Doutrina Hillary* está "no cerne de sua abordagem de *smart power* [...], com objetivos humanitários - *soft power* - e objetivos de segurança nacional - *hard power*" (SHARMA, 2016b). Mais do que unir *hard* e *soft power*, Hillary trata da interdependência entre os dois conceitos, transformando o discurso idealista de empoderamento das mulheres, como base para ações que visam a segurança nacional dos Estados Unidos.

3.2.2 Cui bono? O contexto e os interesses por trás da *Doutrina Hillary*

So we intend to make this a centerpiece of my term as Secretary of State. There are people who say, well, women's issues is an important issue, but it doesn't rank up there with the Middle East or Iran's nuclear threat or Afghanistan and Pakistan. I could not disagree more. I think women are key to our being able to resolve all of those difficult conflicts, as well as provide for a better future⁴¹ (CLINTON, 2009, p. 2).

O cenário de política externa americano durante o mandato de Hillary Clinton à frente do Departamento de Estado esteve atravessado por questões de gênero, como se pode observar em virtude do número recorde de mulheres embaixadoras postadas em Washington D.C à época (JORDAN, 2010). Neste trabalho são escolhidos quatro exemplos paradigmáticos desse período: o processo de retirada de tropas do Afeganistão, a relação com a Arábia Saudita, a recuperação econômica pós crise financeira de 2008 e a intervenção militar na Líbia.

Após a experiência mal sucedida de retirada de tropas no Iraque, que vergonhosamente deixou as mulheres iraquianas em condições piores do que antes da intervenção americana (HUDSON; LEIDL, 2010), os EUA enfrentavam uma situação diplomática delicada no Afeganistão. A situação das mulheres afegãs estava em pauta durante o processo de desengajamento militar no Afeganistão, particularmente porque foi em virtude da "situação das mulheres afegãs, que a administração Bush fez parte da justificativa para a invasão original por tropas dos EUA" (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 234) e assim conseguiu apoio, inclusive financeiro, da população americana e internacional.

Quando Hillary assume o Departamento de Estado, o Afeganistão já se encontrava em processo de retirada de tropas americanas e de reconstrução política e social. O desafio era

⁴¹ Assim, pretendemos fazer deste um ponto central do meu mandato como Secretária de Estado. Há pessoas que dizem, bem, que as questões das mulheres são uma questão importante, mas não se relacionam com o Oriente Médio ou com a ameaça nuclear do Irã, ou com o Afeganistão e o Paquistão. Eu não conseguiria discordar mais nem se eu quisesse. Acho que as mulheres são a chave para que possamos resolver todos esses conflitos difíceis, além de proporcionar um futuro melhor.

garantir que a transição se desse de forma democrática, respeitando a autonomia do povo afegão, em consonância com a estratégia de *'leading from behind'* e preservando os direitos conquistados pelas mulheres no período (DURETT, 2013). A posição geopolítica estratégica do Afeganistão, localizado entre o Paquistão e o Irã, intensifica a apreensão americana com o processo de paz, aumentando a importância de parceiros estratégicos na região.

Devido à interesses comerciais, principalmente fornecimento de petróleo e venda de armas, e cooperação nas áreas de educação e militar, a Arábia Saudita é historicamente um importante parceiro americano no Oriente Médio e arredores. Durante a "Guerra ao Terror" em resposta aos ataques de 11 de setembro, que levaram às ocupações do Iraque e Afeganistão, a Arábia Saudita foi um aliado significativo, especialmente com bases militares e troca de informações sobre a Al Qaeda (HUDSON; LEIDL, 2015).

No período em que Clinton esteve à frente do Departamento de Estado americano, o governo da Arábia Saudita foi estratégico no processo de pacificação e manutenção de paz na região, com ambos os países compartilhando interesses de segurança. Nesse sentido, em outubro de 2010 o Departamento de Estado notificou o Congresso da sua "intenção de fazer a maior venda de armas na história americana - uma compra estimada em US\$ 60,5 bilhões pelo Reino da Arábia Saudita" (TEITELBAUM, 2010, p. 1). A notificação mencionava ainda que a venda aumentaria a "interoperabilidade" das forças americanas na região e que o novo acordo incrementaria as capacidades militares dos Estados Unidos "uma vez que uma infraestrutura militar americana avançada estava prestes a ser construída" (TEITELBAUM, 2010, p. 1).

Embora seja importante analisar o acordo militar com a Arábia Saudita sob a perspectiva securitária, o benefício econômico também precisa ser contabilizado, pois os Estados Unidos ainda enfrentavam os efeitos da crise financeira de 2008. Nesse cenário, há a centralidade da agenda de desenvolvimento econômico durante o mandato de Hillary, que "também aumentou o perfil e o prestígio do departamento de Assuntos Econômicos do Departamento" (DWOSKIN, 2013, p. 4). Ela ainda criou um *Office of the Chief Economist* para avançar a política econômica como uma prioridade de política externa. De acordo com o *Quadrennial Diplomacy and Development Review - QDDR* (2010) o objetivo era integrar interesses de segurança com assuntos geoeconômicos.

Em consequência, Hillary assumiu um papel de liderança na elaboração do *Trans-Pacific Partnership* (TPP), o que se enquadra na estratégia 'pivô para a Ásia', de contenção do avanço chinês e promoção do crescimento americano em novos mercados por meio de parcerias econômicas e acordos comerciais (LIEBERTHAL, 2011). Dwoskin destaca o papel

pessoal de Hillary nesse processo afirmando que ela "transformou o Departamento de Estado em uma máquina de promover negócios americanos" (DWOSKIN, 2013, p. 1).

O último caso do contexto de política externa americana a ser analisado durante o período em que Hillary Clinton atuou como Secretária de Estado é a intervenção americana na Líbia. Embora inicialmente os EUA tenham optado pela não-intervenção durante a chamada Primavera Árabe - abandonando Mubarak, seu antigo aliado no Egito, e enfrentado críticas internas -, com o desenrolar da situação a posição americana na região entra em risco, e o país resolve interceder. Apesar de, em comparação com o Egito, as relações americanas com a Líbia serem insignificantes até então, o país é um importante agente no cenário internacional, devido às reservas de petróleo e gás natural. Soma-se a isso a necessidade americana de manutenção de paz na região após a invasão no Iraque e Afeganistão. Botelho (2011, p. 5) diz que:

A brutalidade de Kadafí asseguraria que o que acontece na Líbia viria a ter impacto global quando o «imperativo de proteger» populações civis empurra os Estados Unidos para uma decisão que pareciam não querer ter de tomar – a de intervir de fato numa guerra civil, favorecendo um dos lados sobre o qual pouco sabiam, numa intervenção militar de desfecho incerto.

Dessa forma, para além dos interesses econômicos e geopolíticos na região, a ação americana é motivada pela promoção dos valores americanos de democracia e liberdade citados por Santos e Teixeira (2015), o que induz os Estados Unidos a liderar o processo de intervenção na Líbia, com o apoio da ONU e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), levando a Guerra Civil, deposição e assassinato de Muammar Kadafí. A intervenção americana na região levaria ao posterior ataque à missão diplomática americana em Bengazi, no leste da Líbia, em 11 de setembro de 2012, resultando na morte de quatro americanos, dentre eles o embaixador J. Christopher Stevens, uma das principais controvérsias de política externa durante o mandato de Hillary enquanto Secretária de Estado.

Em seu livro, *Hard Choices*, Hillary afirma que inicialmente não pretendia assumir o cargo de Secretária de Estado e só aceitou após muita insistência do presidente Obama (CLINTON, 2014). Nessa conjuntura, é importante ressaltar que Clinton tinha perdido as primárias do Partido Democrata para Obama em 2008, e teve que adiar seus planos de concorrer à presidência dos Estados Unidos - embora à época ela afirmasse que não pretendia se candidatar novamente.

Para evitar um possível conflito de interesses, *The Clinton Foundation* (A Fundação Clinton), organização sem fins lucrativos gerida pela família Clinton, e a administração

Obama fizeram um acordo quando Hillary assumiu o Departamento de Estado e durante 2008 e 2012. Na gestão de Clinton, a fundação apresentou os menores valores de doação em seus relatórios financeiros anuais. No site da *The Clinton Foundation* estão listadas as principais áreas de atuação e interesse da organização: mudança climática, desenvolvimento econômico, meninas e mulheres, saúde global e saúde e bem-estar.

O interesse de Hillary Clinton pela temática de empoderamento feminino não é recente. Embora já atuasse com a causa há tempo, foi durante seu período como Primeira Dama que sua atuação ganhou projeção internacional e maior impacto, tanto com o discurso em Beijing, com *lobby* com governos e empresas ou com a criação da *Vital Voices*, uma ONG de promoção do empoderamento feminino, co-fundada em 1999 com a então Secretária de Estado Madeleine Albright e com Melanne Verveer, que viria a ser nomeada *Ambassador-at-Large for Global Women's Issues* em sua gestão (HUDSON; LEIDL, 2015).

Mesmo com afeição genuína pelo tema, é inegável que Hillary tenha acentuado o discurso numa tentativa de reforçar a imagem de defensora e promotora dos direitos das mulheres (YOUNG; BECERRA, 2015). Uma análise do processo eleitoral americano feita pelo *Center for American Women and Politics* mostra o aumento gradual da participação política feminina americana, bem como a diferença no padrão de voto masculino e feminino, o que comprova a análise de Sharma (2016a), que a política externa conduzida por Hillary Clinton teria impacto na campanha presidencial.

Neste capítulo foram apresentados os conceitos que fundamentam a *Doutrina Hillary*, sua base teórica e princípios que estruturam sua aplicação. A doutrina se enquadra na estratégia de *smart power*, adotada pela gestão Obama, ao associar pautas de cunho realista, como segurança nacional, e de cunhos idealistas, como direitos das mulheres. A compreensão do contexto e dos interesses de política americana à época são apresentados a partir da escolha de exemplos paradigmáticos: a retirada de tropas do Afeganistão, a relação com a Arábia Saudita, a recuperação econômica pós crise financeira de 2008 e a intervenção na Líbia. O estudo dos interesses pessoais de Hillary Clinton, como a *The Clinton Foundation*, a construção da candidatura à presidência em 2016 e o interesse na temática de gênero também são expostos completando a análise de conjuntura necessária para fundamentar a crítica da implantação da doutrina no próximo capítulo.

4 IMPLEMENTAÇÃO DA *DOCTRINA HILLARY*

Este capítulo se propõe a fazer uma análise crítica da implementação dos princípios da *Doutrina Hillary* apresentados no capítulo passado. O diagnóstico é moldado, tendo como base os quatro exemplos paradigmáticos identificados anteriormente, pela compreensão dos interesses estratégicos de política externa americana e/ou interesses pessoais de Hillary Clinton enquanto Secretária de Estado. A interseção dessas variáveis é examinada de maneira aprofundada a partir da análise de entrevistas, reportagens e literatura existente buscando compreender a recepção da implementação *Doutrina Hillary*. Por fim, a segunda parte desta seção se dedica a explorar o legado e o futuro da doutrina, seu significado e relevância para além da investigação dos quatro exemplos apresentados e cuja observação é necessária para a análise proposta neste trabalho.

4.1 EXECUÇÃO E RECEPÇÃO

Hudson e Leidl (2015) argumentam que "*there is no U.S. foreign policy issue more closely tied to the Hillary Doctrine than that of the plight of Afghan women, which the Bush administration made part of the justification for the original invasion by U.S. troops*"⁴² (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 234). Hillary, Verveer e oficiais do alto escalão do Departamento de Estado estavam ativamente envolvidos com a situação das mulheres no país durante o processo de retirada de tropas. Entretanto, outras alas do governo americano apoiavam a incorporação de talibãs reformados na nova estrutura governamental do governo afegão, em virtude do “interesse nacional” de manter a paz na região:

There is a very powerful set of anti-women's-equality caucuses already nested within the Afghan government that the U.S. supports. These individuals and groups are working to reassert the official misogyny of the Taliban days already, independent of the reconciliation and reintegration process. Given the opportunity, these individuals and groups in the U.S.-backed government will manipulate the reconciliation and reintegration process and leverage armed-opposition-group participation in the process to push through policies they'd prefer already as

⁴² "Não há uma questão de política externa dos EUA mais estreitamente ligada à Doutrina Hillary do que a situação das mulheres afegãs, que o governo Bush fez parte da justificativa para a invasão original por tropas dos EUA" (tradução nossa).

compromises with their “opponents”⁴³.(CROWE, 2010 apud HUDSON; LEIDL, 2015, p 235).

À medida em que atores internacionais, em especial os Estados Unidos, buscam diminuir sua presença na região e dar autonomia para que o povo afegão conduza o processo de reconstrução política, as mulheres do país demonstram apreensão devido às indicações que o presidente eleito, Hamid Karzai, adotaria medidas conservadoras. Fawzia Koofi, política afegã, sugeriu à época que “[...] se a comunidade internacional decidir partir amanhã, as mulheres serão as primeiras vítimas da Talibanização do governo” (DURETT, 2013, p. 40). Hudson e Leidl apresentam relatos que reiteram essa percepção por parte das população feminina afegã.

Esses desafios estão delineados no QDDR (2010), com previsão de participação das mulheres do país no processo de pacificação e reconstrução política do Afeganistão com a ajuda de mecanismos normativos como o *National Plan of Action on Women, Peace and Security* (NAP) e com o apoio da USAID. Ainda assim, os principais avanços na integração das afegãs no processo de paz é fruto do empenho direto de Hillary e Verveer. O *lobby* pessoal de ambas foi decisivo nas conquistas femininas. Clinton afirmou que “[...] qualquer paz que esteja tentando ser feita excluindo mais da metade da população não é paz”, enquanto Verveer defendeu a participação da participação ativa das mulheres no processo de paz dizendo que incluí-las no processo “[...] não é um favor para as mulheres do Afeganistão [...]. É uma necessidade. Porque qualquer potencial para a paz será subvertido se as vozes das mulheres forem silenciadas ou marginalizadas” (DURETT, 2013, p. 41).

Institucionalmente, o Departamento de Estado atuou defendendo de maneira consistente a participação feminina durante os processos de pacificação e reconstrução política, porém essa atuação se esbarrava no princípio de ‘*leading from behind*’. Ainda, o órgão incluiu mulheres e considerações de gênero nos programas de assistência da USAID e de consolidação de paz e sustentação política. Embora o departamento não tenha alcançado todos os seus objetivos, houveram ganhos pertinentes a partir da atuação americana.

Dentre os ganhos, pode-se destacar a criação de mecanismos normativos, jurídicos e institucionais para proteção dos direitos das mulheres. Desde 2004, a Constituição Afegã garante direitos iguais para homens e mulheres e cota de 25% de representação feminina no

⁴³ “Há um conjunto muito poderoso de grupos contrários à igualdade das mulheres já aninhados dentro do governo afegão apoiados pelos EUA. Esses indivíduos e grupos já estão trabalhando para reafirmar a misoginia oficial dos dias do Talibã, independentemente do processo de reconciliação e reintegração. Dada a oportunidade, esses indivíduos e grupos do governo apoiado pelos EUA vão manipular o processo de reconciliação e reintegração e alavancar a participação do grupo de oposição armada no processo para impulsionar políticas que eles prefeririam já como compromissos com seus ‘opponentes’” (tradução nossa).

Parlamento (DURETT, 2012). Também é relevante destacar que o Afeganistão adotou os seguintes tratados internacionais: *Convention on the Rights of the Child* (CRC), CEDAW e *International Criminal Court* (ICC), nenhum dos quais foi adotado pelo governo americano. O novo governo afegão estabeleceu o Ministério dos Assuntos das Mulheres e inicialmente várias mulheres foram apontadas para ministérios. Em 2009 um decreto presidencial aprovou uma legislação chamada *Elimination of Violence Against Women* (EVAW), criminalizando práticas como casamento de menores de idade, estupro e outras práticas (HUDSON; LEIDL, 2015), embora posteriormente ele não tenha sido implantado.

Tanto Durett (2013) quanto Hudson e Leidl (2015) defendem que, com a saída de Hillary do Departamento de Estado, os interesses das mulheres afegãs foram deixados em segundo plano pela instituição e que para a implementação de medidas eficazes e duradouras seria necessária uma abordagem consistente, comprometida e holística, o que implicaria no envolvimento da Casa Branca. As autoras questionam que a implementação da doutrina fique centralizada em torno da figura pessoal Hillary Clinton e apontam a relevância de comprometimento institucional, legal e social.

Enquanto Hudson e Leidl criticam o plano de 10 anos para apoiar as forças de segurança do Afeganistão elaborado pela OTAN, "*why hasn't it also come up with a similar roadmap supporting women's rights in Afghanistan?*"⁴⁴ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 269); Durett demonstra preocupação com a manutenção dos direitos conquistados: "*Inconsistent attention to gender perspectives in Afghan peacebuilding is insufficient to dramatically change the course of patriarchal power, violence, and instability, and reversal of the country's progress on women's rights remain likely*"⁴⁵ (DURETT, 2013, p. 51).

Hillary Clinton esteve pessoalmente envolvida com as mulheres afegãs, alegando que "*we will not abandon you, we will stand with you always*"⁴⁶ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 231), reforçando a imagem de defensora dos direitos das mulheres que foi fundamental para angariar o apoio oficial de grupos e organizações como o *National Organization of Women* (NOW) e o *Feminists for Clinton* (YOUNG; BECERRA, 2015) em suas candidaturas à presidência dos Estados Unidos.

Entretanto, no que tange às mulheres sauditas, o comprometimento de Hillary com a própria doutrina é deixado de lado " " (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 146) não obstante a

⁴⁴ "Por que não se propôs um roteiro semelhante para apoiar os direitos das mulheres no Afeganistão?" (tradução nossa).

⁴⁵ "A atenção inconsistente às perspectivas de gênero na construção da paz no Afeganistão é insuficiente para mudar drasticamente o curso do poder, violência e instabilidade patriarcal, e a reversão do progresso do país em relação aos direitos das mulheres continua sendo provável" (tradução nossa).

⁴⁶ "Nós não as abandonaremos, nós estaremos sempre com vocês" (tradução nossa).

Arábia Saudita ocupar o 145º lugar de 158 países do Índice de Desigualdade de Gênero do Programa de Desenvolvimento das ONU, sendo um dos piores países do mundo para se nascer mulher.

Clinton argumenta que, no caso das mulheres sauditas, esse é um assunto a ser resolvido entre elas e o governo, sem interferência americana, destoando dos princípios de política externa americana e da própria *Doutrina Hillary*:

I know there is an active debate in Saudi Arabia on a range of social issues... For our part, we will continue in private and in public to urge all governments to address issues of discrimination and to ensure that women have the equal opportunity to fulfill their own God-given potential. But I want to, again, underscore and emphasize that this is not about the United States. It's not about what any of us on the outside say. It is about the women themselves and their right to raise their concerns with their own government⁴⁷(HUDSON; LEIDL, 2015, p. 169).

Apesar dessa declaração, a postura de Clinton e da gestão Obama em relação à repressão contra meninas e mulheres na Arábia Saudita tem sido o silêncio. A porta-voz do Departamento de Estado, Victoria Nuland, sugeriu que “*while Mrs. Clinton's advocacy for women speaks for itself, there were times for 'quiet diplomacy'*” (MYERS, 2011 apud HUDSON; LEIDL, 2015, p. 169). Contudo, ativistas feministas da Arábia Saudita criticam o silêncio americano. Hudson e Leild (2015) reiteram: “*given what is now understood about the linkage between misogyny on the one hand and aggression and instability at the nation-state level on the other, diplomatic silence would appear to constitute the tacit endorsement of a shortsighted view of real American national interests*”⁴⁹ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 172).

Não obstante, justamente o interesse nacional é central para o entendimento do posicionamento americano em relação às violações dos direitos das meninas e mulheres na Arábia Saudita, conforme apontado por Andrew Natsios, antigo gerente da USAID: “*So there are these tensions between what the real purpose of foreign aid is: Is it to do development or is it a tool of the geostrategic interests of the United States?*”⁵⁰ (NATSIOS, 2010 apud

⁴⁷ "Sei que há um debate ativo na Arábia Saudita sobre uma série de questões sociais... Por nossa parte, continuaremos em particular e em público persuadindo todos os governos a abordarem questões de discriminação e assegurando que as mulheres tenham as mesmas oportunidades de cumprir seu próprio potencial dado por Deus. Mas eu quero, novamente, sublinhar e enfatizar que isso não é sobre os Estados Unidos. Não é sobre o que qualquer um de nós no exterior diz. Trata-se das próprias mulheres e do seu direito de levantar as suas preocupações com o seu próprio governo" (tradução nossa).

⁴⁸ "Enquanto a defesa da Sra. Clinton para as mulheres fala por si mesma, houve momentos em que a "diplomacia silenciosa" (tradução nossa).

⁴⁹ "Dado o que agora se entende sobre a ligação entre misoginia, por um lado, e agressão e instabilidade no nível Estado-nação, por outro, o silêncio diplomático parece constituir o endosso tácito de uma visão míope dos verdadeiros interesses nacionais americanos" (tradução nossa).

⁵⁰ "Há, portanto, tensões entre o que é o verdadeiro propósito da ajuda externa: é desenvolver ou é um instrumento dos interesses geoestratégicos dos Estados Unidos?" (tradução nossa).

HUDSON; LEIDL, 2015, p. 145). Em conformidade com a exploração do capítulo anterior, as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita se fundamentam, principalmente, em questões econômicas e securitárias, sendo o país basilar na manutenção da posição estratégica americana no Oriente Médio.

Recentemente, o aumento na venda de armamentos com o acordo histórico aprovado pelo Departamento de Estado durante a gestão Clinton reforça a aliança entre os dois países tanto no campo econômico quanto securitário e, com o desenrolar da Primavera Árabe e da Guerra Civil Síria, a relevância da Arábia Saudita enquanto parceiro estratégico se intensifica. Entretanto, havendo uma questão de segurança nacional, por que a aplicação dos princípios da *Doutrina Hillary* é seletiva, se há um entendimento de que “*The subjugation of women is] a threat to the common security of our world, because the suffering and denial of the rights of women and the instability of nations go hand in hand*”⁵¹ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 98)?

Uma das razões apresentadas pelas autoras seria a interpretação por parte dos formuladores de política externa, inclusive Clinton, que a defesa dos direitos das mulheres e dos princípios que sustentam a *Doutrina Hillary* “*is a position that may be jettisoned if its tenets would undermine “real” American national interests in any particular case*”⁵² (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 171). Outra possibilidade levantada pelas autoras seria a crença de Hillary que:

[...] issues of women’s status are best left to private conversations at the highest level of diplomacy, conversations to which the U.S. public is not privy. Perhaps she believes the Saudi monarchy is making steady progress for women—progress that would be imperiled by causing them to lose face by publicly chastising them⁵³ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 172)

Outros autores, entretanto, contestam a leitura condescendente de Hudson e Leidl a respeito do posicionamento americano, e especialmente de Hillary Clinton, em relação às questões de direitos das mulheres na Arábia Saudita. Smith defende a perspectiva de que Clinton “priorize a preservação de boas relações com um grande país produtor de petróleo no Golfo favorável a América sobre questões de direitos humanos, como qualquer outro Secretário de Estado desde a presidência de Franklin Roosevelt” (SMITH, 2015, p. 2). Shah

⁵¹ “[A subjugação das mulheres] é uma ameaça à segurança comum do nosso mundo, porque o sofrimento e a negação dos direitos das mulheres e a instabilidade das nações andam de mãos dadas” (tradução nossa).

⁵² “É uma posição que pode ser descartada se seus princípios minariam interesses nacionais “reais” em qualquer caso particular” (tradução nossa).

⁵³ “[...] as questões de status das mulheres são melhor deixadas para conversas privadas no mais alto nível da diplomacia, conversas que o público dos EUA não tem. Talvez ela acredite que a monarquia saudita esteja fazendo progresso constante para as mulheres - um progresso que seria posto em perigo ao criticá-los publicamente” (tradução nossa).

(2016) argumenta que, enquanto a retórica de Clinton pode ser progressista nos Estados Unidos, no exterior, ela é considerada pro-*establishment*, pro-*Wall Street* e pró-complexo-militar-industrial, explicando o hiato entre o discurso e a prática em relação às mulheres sauditas.

Há ainda que se considerar os interesses pessoais de Clinton. Como Chait (2015) aponta, apesar do acordo entre a administração Obama e a *The Clinton Foundation*, uma série de evidências apontam para conexões entre o papel público de Hillary Clinton e o trabalho de caridade da fundação, revelando sérios conflitos de interesses, especialmente em relação à Arábia Saudita e à indústria armamentista. O relatório de doadores da *The Clinton Foundation* lista tanto o reino da Arábia Saudita como companhias da indústria armamentista beneficiadas pelo acordo de venda de armas entre o governo saudita e os EUA, assim como outros países criticados pelo Departamento de Estado em virtude de discriminação de gênero e violação de direitos humanos, como por exemplo Emirados Árabes Unidos, Qatar, Kuwait, Omã, Brunei e Argélia (CHOZICK; EDER, 2016).

O conflito de interesses entre o papel público de Hillary e as organizações da família Clinton apresentados por Chait (2015) e por Chozick e Eder (2016) também se configura no que tange à promoção de negócios e do desenvolvimento da economia americana. Um exemplo dessa relação é o projeto *Equal Futures Partnership*, que envolve a *Clinton Global Initiative* e empresas doadoras para a *The Clinton Foundation*.

O conceito do *Equal Futures Partnership* se alinha aos princípios da *Doutrina Hillary* e aos desafios e valores de política externa americana:

While the world has seen important progress in expanding opportunity for women and girls, significant gaps remain in the areas of political participation and economic opportunity. A growing body of evidence shows that women's political and economic empowerment are critical to fostering international peace and security, growing vibrant market economies, and supporting open and accountable governance. [...]

The goal of the Equal Futures Partnership is for women to participate fully in public life and to lead and benefit from inclusive economic growth. [...] Partners are also reaffirming at the highest levels of government their obligations and commitments to promote and protect women's human rights and fundamental freedoms⁵⁴. (THE WHITE HOUSE, 2012, p. 1)

⁵⁴ “Embora o mundo tenha visto progressos importantes na expansão de oportunidades para meninas e mulheres, ainda há lacunas significativas nas áreas de participação política e oportunidades econômicas. Um corpo crescente de evidências mostra que o empoderamento político e econômico das mulheres é fundamental para promover a paz e a segurança internacionais, o crescimento de economias de mercado vibrantes e o apoio a uma governança aberta e responsável. [...]

O objetivo da Parceria *Equal Futures* é que as mulheres participem plenamente da vida pública e liderem e se beneficiem do crescimento econômico inclusivo. [...] os parceiros também estão reafirmando nos mais altos níveis de governo as suas obrigações e compromissos para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais das mulheres” (tradução nossa).

Considerado por alguns a sua maior realização enquanto Secretária de Estado, o ‘pivô para a Ásia’ se enquadra na estratégia de *smart power*, adotada pela diplomacia americana ao abordar interesses de segurança nacional, defesa dos direitos humanos e, em especial, desenvolvimento econômico (GLASSER, 2013):

Our strategy will have to keep accounting for and adapting to the rapid and dramatic shifts playing out across Asia. With this in mind, our work will proceed along six key lines of action: strengthening bilateral security alliances; deepening our working relationships with emerging powers, including with China; engaging with regional multilateral institutions; expanding trade and investment; forging a broad-based military presence; and advancing democracy and human rights. [...] APEC and its work help expand U.S. exports and create and support high-quality jobs in the United States, while fostering growth throughout the region. APEC also provides a key vehicle to drive a broad agenda to unlock the economic growth potential that women represent. [...] We are also making progress on the Trans-Pacific Partnership (TPP), which will bring together economies from across the Pacific — developed and developing alike — into a single trading community⁵⁵. (CLINTON, 2011(a), p. 1)

Os dois estímulos por trás do ‘pivô para a Ásia’ são a contenção do avanço chinês e a promoção do crescimento econômico americano. A partir dessa pauta, Hillary atuou fortemente para levar negócios americanos para o Camboja, Cingapura, Indonésia, Vietnã e outros países que estão sob influência geoeconômica da China (DWOSKIN, 2013). A defesa dos interesses capitalistas, argumentam Young e Becerra (2015), aliado à retórica da promoção do avanço econômico feminino reflete a visão americana de que:

[...] feminism is often understood as the right of women—and wealthy white women most of all—to share in the spoils of corporate capitalism and U.S. imperial power. By not confronting the exclusion of non-whites, foreigners, working-class people, and other groups from this vision, liberal feminists are missing a crucial opportunity to create a more inclusive, more powerful movement⁵⁶” (YOUNG; BECERRA, 2015, p. 4).

⁵⁵ “Nossa estratégia terá de manter a contabilidade e adaptação às mudanças rápidas e dramáticas que estão ocorrendo em toda a Ásia. Com isso em mente, nosso trabalho prosseguirá em seis linhas de ação: fortalecer as alianças bilaterais de segurança; aprofundar os nossos relacionamentos de trabalho com potências emergentes, inclusive com a China; envolvimento com instituições multilaterais regionais; expansão do comércio e do investimento; forjar uma ampla presença militar; e avançar a democracia os direitos humanos. [...] A APEC e seu trabalho ajudam a expandir as exportações dos EUA e a criar e apoiar empregos de alta qualidade nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que promovem o crescimento em toda a região. APEC também fornece um veículo chave para conduzir uma agenda ampla para desbloquear o potencial de crescimento econômico que as mulheres representam. [...] estamos também a fazer progressos na Parceria Trans-Pacífico (TPP), que reunirá economias de todo o Pacífico - desenvolvidas e em desenvolvimento - numa única comunidade comercial” (tradução nossa).

⁵⁶ “[...] o feminismo é muitas vezes entendido como o direito das mulheres - e das brancas ricas acima de tudo - de compartilhar os despojos do capitalismo corporativo e do poder imperial dos EUA. Ao não confrontar a exclusão de não-brancos, estrangeiros, pessoas da classe trabalhadora e outros grupos dessa visão, as feministas liberais estão perdendo uma oportunidade crucial para criar um movimento mais inclusivo e mais poderoso” (tradução nossa).

Os autores seguem criticando as incoerências entre o discurso e a prática, alegando que acordos comerciais promovidos por Hillary, como o TTP, tendem a trazer consequências como "baixos salários, aumento das taxas de deslocamento, detenção e violência física contra mulheres" (YOUNG; BECERRA, 2015, p. 5). Hudson e Leidl (2015) também apontam contradições entre o discurso de política externa e as práticas no território doméstico americano como a diferença salarial entre homens e mulheres; o baixo número de mulheres *Chief Executive Office* (CEOs) e em conselhos executivos; e a falta de licença maternidade remunerada, ainda que elas apontem o histórico de Hillary na defesa dessas causas.

Se a possibilidade de candidatura à presidência em 2016, que acabou se concretizando, norteou parte de suas ações à frente do Departamento de Estado como argumentam Sharma (2016b), Young e Becerra (2015) e Smith (2015), a intervenção na Líbia e o subsequente ataque de Bengazi, em 11 de setembro de 2012, foram os pontos mais controversos de sua atuação como Secretária de Estado, que se caracterizou pela aversão ao risco em decorrência da campanha presidencial de 2016, de acordo com Aaron David Miller, em Glasser (2013). Contrariando a postura cautelosa de até então, Hillary em coalizão com Susan Rice e Samantha Power, três mulheres, influenciaram Obama a interferir militarmente na Líbia apesar da oposição do Secretário de Defesa e do vice-presidente Joe Biden. A ação delas é criticada anonimamente por altos funcionários do governo em Hudson e Leidl (2015):

We'd like to think that women in power would somehow be less pro-war, but in the Obama administration at least it appears that the bellicosity is worst among Hillary Clinton, Susan Rice and Samantha Power. All three are liberal interventionists, and all three seem to believe that when the United States exercises military force it has some profound, moral, life-saving character to it... They rode roughshod over the realists in the administration⁵⁷ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 60).

Embora a decisão de intervenção tenha sido tomada contemporaneamente à redação do NAP, que ressaltava os desafios enfrentados por mulheres em zonas de conflito, isso não inibiu a liderança americana no processo de intervenção, piorando a situação das mulheres líbias de acordo com Nafissa Laranche citada em Hudson e Leidl " *Contrary to what we hoped*

⁵⁷ "Gostaríamos de pensar que as mulheres no poder de alguma forma seriam menos pró-guerra, mas no governo Obama pelo menos parece que a belicosidade é pior entre Hillary Clinton, Susan Rice e Samantha Power. Todas as três são intervencionistas liberais, e todas as três parecem acreditar que quando os Estados Unidos exercem a força militar tem um caráter profundo, moral, salva-vidas... elas passaram por cima dos realistas na administração" (tradução nossa).

would come from the Arab Spring, we've even lost the few rights we previously had⁵⁸” (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 106).

As forças nacionalistas de países como a Líbia, se aproveitam do discurso pró-liberdade e democracia de países como Estados Unidos, França e Inglaterra para conquistar apoio internacional e do apelo pela causa do empoderamento feminino, que tem grande influência com a mídia e a população civil desses países, utilizando meninas e mulheres como estratégia política:

In the face of nationalist struggles, women are thus left in a double bind. If they support the revolutionaries, they must surely anticipate that they are helping to bring about their own disenfranchisement and higher levels of gender-based violence. If women refuse to offer support, then nationalist rebels may simply kidnap them and force them to serve—that is, cook food, haul water and fuel, and provide sex at the point of a gun, thereby establishing higher levels of gender-based violence⁵⁹ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 106).

De acordo com o *US Security Strategy* de 2010, "*experience shows that countries are more peaceful and prosperous when women are accorded full and equal rights and opportunity⁶⁰*" (NAP, 2011, p. 8), alinhado com os princípios da *Doutrina Hillary*; entretanto, para as mulheres líbias as iniciativas americanas de 'promoção de paz' (talvez por terem iniciado com um ataque militar, resultando em guerra civil) tiveram o efeito reverso, segundo Madiha al-Naas, da ONG *Women Are Coming*, citada por Hudson e Leidl (2015):

The situation for women has become disastrous... There are plans to oust Libyan women, marginalize them and dwarf their role. This is unfortunate because women's aspirations to improve their tragic situation were great under the former regime... Women were looking forward to greater opportunities, but instead they are losing the ones they had before⁶¹ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 105).

⁵⁸ "Ao contrário do que esperávamos que viesse da Primavera Árabe, até perdemos os poucos direitos que anteriormente tínhamos" (tradução nossa).

⁵⁹ "Diante das lutas nacionalistas, as mulheres ficam assim em um duplo vínculo. Se eles apoiam os revolucionários, eles certamente devem antecipar que eles estão ajudando a trazer sua própria privação de direitos e níveis mais elevados de violência baseada no gênero. Se as mulheres se recusarem a oferecer apoio, então os rebeldes nacionalistas podem simplesmente raptá-las e forçá-las a servir - isto é, cozinhar alimentos, transportar água e combustível e fazer sexo no ponto de uma arma, estabelecendo níveis mais altos de violência de gênero" (tradução nossa).

⁶⁰ "A experiência mostra que os países são mais pacíficos e prósperos quando as mulheres recebem direitos e oportunidades iguais e plenos" (tradução nossa).

⁶¹ "A situação para as mulheres tornou-se desastrosa... Há planos para expulsar as mulheres líbias, marginalizá-las e diminuir seu papel. Isso é lamentável porque as aspirações das mulheres para melhorar a sua situação trágica foram grandes sob o regime anterior... As mulheres estavam ansiosas por maiores oportunidades, mas em vez disso, estão perdendo as que tinham antes" (tradução nossa).

Embora autores apontem razões variadas para o interesse dos Estados Unidos na Líbia, desde as reservas de petróleo e gás natural, interesses geopolíticos e até propósitos idealistas (BOTELHO, 2011), Hudson e Leidl destacam que, em termos de atenção aos direitos das mulheres, o desempenho americano foi desapontador e citam Sanam Anderlini “*The US did nothing to push the Libyan leaders on gender. You had the NAP in place, you have a real-live case in front of you—why didn’t we say, ‘Where are the women?’*”⁶² (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 328). As autoras enaltecem a criação do NAP durante o mandato de Hillary no Departamento de Estado, porém criticam a aplicação do plano. A deterioração das condições das mulheres líbias após a intervenção americana é a constatação desse hiato na implementação da doutrina.

4.2 LEGADO E FUTURO

Extrapolando a análise da implementação da *Doutrina Hillary* para além dos quatro exemplos paradigmáticos apresentados até então, se faz necessário examinar a efetivação da mesma em situações não circunstanciais, ou seja, averiguar as transformações de caráter permanente decorrentes da doutrina para melhor assimilação de seu legado e futuro. Com base no levantamento feito por Hudson e Leidl (2015) são destacadas as iniciativas de maior relevância para a análise, classificando-as em ‘mudanças estruturais’ e ‘mudanças de desempenho/conduita’.

São entendidas como estruturais as mudanças embrenhadas na estrutura do Departamento de Estado, aqui subdivididas em *normativas* e *administrativas*. Mudanças de desempenho/conduita são o conjunto de novas atitudes e práticas adotados por Hillary enquanto Secretária de Estado, que servem de modelo em função do poder de agenda pessoal de Clinton.

Como exemplo de ‘mudanças estruturais normativas’, é possível ressaltar:

- a) a criação do *Data2X* cuja missão é melhorar a qualidade, disponibilidade e uso de dados de gênero; a inclusão de nove novos indicadores de gênero no *Master Indicator List*, usado por todos os gabinetes de monitoramento;
- b) a adoção de treinamentos de gênero para funcionários da USAID e do *Foreign Service Institute*;

⁶² “Os EUA não fizeram nada para empurrar os líderes líbios em questões de gênero. Você tinha o NAP no lugar, você tem um caso real na frente de você, por que não dissemos: 'Onde estão as mulheres?'” (tradução nossa).

- c) a elaboração da *USAID Policy on Gender Equality and Female Empowerment*;
- d) a criação do *Secretary's International Fund for Women and Girls* acrescentando recursos para a causa; e
- e) a aplicação da perspectiva de gênero nas políticas de relações exteriores, como é o caso do QDDR, NSS e NAP.

Em termos de ‘mudanças estruturais administrativas’, Hillary Clinton elevou o *status* do OGWI deslocando o escritório do OGWI para o andar da sala da Secretária de Estado, assim como criou o cargo de *Ambassador-at-Large for Global Women's Issues*, para o órgão, ocupado primeiramente por Melanne Verveer. Na USAID foi criado o cargo de *Senior Coordinator for Gender Equality and Women's Empowerment* e, reconhecendo a necessidade de alinhamento com a presidência para a efetivação das políticas, foi instituído o *White House Council on Women and Girls* (HUDSON; LEIDL, 2015).

Hillary também adota uma série novas práticas e costumes, como encontrar-se com ativistas feministas em suas viagens internacionais para discutir pautas específicas de cada país. A influência internacional da Secretária de Estado, bem como seu engajamento com a temática de empoderamento feminino, geram o chamado ‘Efeito Hillary’, levando ao aumento do número de mulheres embaixadoras em Washington, e ao interesse na mídia sobre o tema. Amelia Matos Sumbana, citada por Jordan (2010), aponta a visibilidade de Hillary como um fator decisivo no aumento da representatividade feminina no alto escalão da diplomacia "*She makes it easier for presidents to pick a woman for Washington*"⁶³ (JORDAN, 2010, p. 1). Essa visibilidade no exterior, de acordo com Jordan, decorre "*of her stint as first lady and her presidential run; she is seen by many as a globetrotting champion of women's rights*"⁶⁴ (JORDAN, 2010, p. 1). Essas mudanças, de ‘desempenho/conduita’, embora não tenham o caráter formal das ‘mudanças estruturais’, são importantes porque contribuem para mudança de cultura.

Paradoxalmente, parte das críticas em relação à *Doutrina Hillary* e à inconsistência de sua aplicação são focadas na figura de Clinton, denunciando a agenda pessoal de Hillary como incentivo para a distinção dada ao empoderamento feminino durante seu mandato; ou ainda salientando que transformações dessa amplitude não podem se concentrar em uma pessoa, sendo necessário envolvimento institucional (YOUNG; BECERRA, 2015 e HUDSON; LEIDL, 2015). Cabe destacar que enquanto Sharma (2016b) e Hudson e Leidl

⁶³ “Ela torna mais fácil para presidentes escolherem mulheres para Washington” (tradução nossa).

⁶⁴ “de sua passagem como primeira-dama e sua corrida presidencial; ela é vista por muitos como uma campeã mundial dos direitos das mulheres” (tradução nossa).

(2015) apontam a necessidade de envolvimento direto da Casa Branca para a efetividade das políticas da doutrina, essa leitura implica a expectativa – com clara tendência pró-Hillary – de vitória de Clinton nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos.

O envolvimento da Casa Branca e do alto escalão de Washington implica, necessariamente, no comprometimento de homens com a causa (JORDAN, 2010), Hudson e Leidl endossam essa visão afirmando que “*it is also time to realize that the Hillary Doctrine cannot be pursued by only paying attention to women*”⁶⁵ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 310) e reforçam a necessidade do engajamento masculino no processo sem, porém, tirar o protagonismo feminino e reconhecendo os tímidos avanços do governo americano para quebrar o teto de vidro do serviço público na capital americana.

Para Hudson e Leidl (2015), além desses desafios, a implementação da *Doutrina Hillary* requer uma base de evidências forte, sendo esse um dos princípios da doutrina indicados por Jen Klein na seção 3.1. Além das mudanças estruturais normativas apontadas, que buscaram ampliar dados e indicadores na área, existem outros estudos comprovando a relação que serve de base para a doutrina.

O *UN Secretary General Plan of Action on Human Rights and Terrorism* de 2016, corrobora estudos de Hudson et al. (2009) ao enfatizar discriminação de gênero como um determinante para o extremismo violento. “*The correlative of this finding is that the protection and empowerment of women is central to countering violent extremism*”⁶⁶ (ALWIS, 2016, p. 2). Outro estudo da ONU, apresentado por Alwis, releva que “[...] *across religions and regions, a common thread shared by extremist groups is that in each and every instance, their advance has been coupled with attacks on the rights of women and girls—rights to education, to public life, and to decision-making over their own bodies*”⁶⁷ (ALWIS, 2016, p. 2).

Embora Hudson e Leidl (2015) e o próprio Departamento de Estado durante o mandato de Clinton, enfatizem a necessidade de evidências, elas não foram suficientes para que os Estados Unidos ratificassem a CEDAW ou o CRC, ao lado de países como Sudão do Sul, China e Irã – criticados pelos próprios EUA no tratamento dado às mulheres. No momento que grupos extremistas como *Boko Haram* e ISIS usam ataques contra meninas e

⁶⁵ “Também é hora de perceber que a Doutrina Hillary não pode ser perseguida prestando atenção apenas às mulheres” (tradução nossa).

⁶⁶ “O correlato desse achado é que a proteção e o empoderamento das mulheres é central para combater o extremismo violento” (tradução nossa).

⁶⁷ “Em todas as religiões e regiões, um ponto comum compartilhado por grupos extremistas é que, em todos os casos, seu avanço foi acompanhado de ataques aos direitos das mulheres e meninas - direitos à educação, à vida pública e à tomada de decisões próprios corpos” (tradução nossa).

mulheres como instrumento de terror e recrutamento, seria ainda mais importante que os EUA ratificassem esses tratados “[...] mandando uma poderosa mensagem para aliados e inimigos que ‘os direitos das mulheres são direitos humanos de uma vez por todas’” (ALWIS, 2016, p. 4)

As mudanças implementadas por Clinton são importantes para a construção do legado da *Doutrina Hillary*, porém Harold Koh critica a não ratificação da CEDAW (ALWIS, 2016, p. 2):

America simply cannot be a world leader in guaranteeing progress for women’s human rights, whether in Afghanistan, in the United States, or around the world, unless it is also a party to the global women’s treaty [...] frankly, this is a national disgrace for a country that views itself as a world leader on human rights⁶⁸.

Smith (2015), ao mesmo tempo em que questiona as correlações entre segurança internacional e direitos das mulheres, apontada por estudos em Hudson et al. (2009), Hudson e Leidl (2015) e Alwis (2016), põe em cheque os interesses de Hillary: “*Does she really mean what she says?*”⁶⁹ (SMITH, 2015, p.1), argumentando que a retórica por trás da *Doutrina Hillary* estaria diretamente vinculada aos interesses presidenciais de Clinton para 2016. O autor, entretanto, reconhece o mérito da pauta “*Achieving equality for girls and women around the world is a worthy aim, and America should pursue it for that reason alone*”⁷⁰ (SMITH, 2015, p.3).

Hudson e Leidl apresentam uma maneira alternativa para julgar o legado da doutrina. De acordo com as autoras, essa análise “[...] *will be judged by whether the phrase “the Hillary Doctrine” disappears from the vernacular*”⁷¹ (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 334). Elas retratam a explicação de Tobie Whitman, do *Institute for Inclusive Security*: “*The goal is that it no longer is the Hillary Doctrine, or attached to any specific individual, but it’s just the standard operating practice*”⁷² (HUDSON; LEIDL, 2015, p. 334).

A fim de compreender com profundidade a *Doutrina Hillary*, este capítulo examinou a implantação dos princípios da doutrina nos quatro exemplos paradigmáticos apresentados no capítulo anterior. Essa investigação foi moldada pelos interesses e valores de política externa

⁶⁸ “A América simplesmente não pode ser um líder mundial na garantia do progresso dos direitos humanos das mulheres, seja no Afeganistão, nos Estados Unidos ou em todo o mundo, a menos que também seja parte do tratado global das mulheres [...] francamente, esta é uma desgraça nacional para um país que se considera um líder mundial em direitos humanos” (tradução nossa).

⁶⁹ “Ela realmente quer dizer o que ela diz?” (tradução nossa).

⁷⁰ “Alcançar a igualdade para as meninas e as mulheres em todo o mundo é um objetivo digno, e a América deve perseguir-lo por essa razão apenas” (tradução nossa).

⁷¹ S’erá julgada se a frase “a Doutrina Hillary” desaparecer do vernáculo” (tradução nossa).

⁷² “O objetivo é que haja mais a Doutrina Hillary, ou que esteja atrelada a algum indivíduo específico, mas que seja apenas a prática de funcionamento padrão” (tradução nossa).

americana, assim como pela agenda pessoal de Hillary, evidenciando a seletividade na aplicação da doutrina e o hiato entre retórica e prática. Apesar da seletividade e dos hiatos apontados, foi constatado que a atuação de Clinton gerou externalidades positivas, devido a mudanças estruturais no Departamento de Estado e no papel dela como *role model*, potencializando o poder de agenda americano. O legado da doutrina tem suas limitações na própria pessoa de Hillary, assim como na estrutura de poder masculina de Washington. Porém, os obstáculos não podem ser pensados como justificativa para que a agenda internacional de direitos das mulheres não avance, uma vez que ela é uma causa em si mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da Guerra Fria, no início da década de 1990 e com a consolidação da multipolaridade, ocorre a afluência de novos atores e novas questões na agenda de segurança de relações internacionais. O equilíbrio de poder e interesses no Sistema Internacional passa a ser pautado pelo contexto de globalização econômica e democratização, diminuindo o poder dos estados à medida em que abre espaço para atores não-estatais como ONGS, movimentos sociais, iniciativa privada, Igreja, dentre outros. Nesse contexto, a questão de gênero, especialmente de empoderamento de meninas e mulheres, ganha espaço nas discussões de RI, passando a ser incorporada nas estratégias de política externa nacionais.

Este trabalho considera que a *Doutrina Hillary* é influenciada por essa tendência mundial e, a partir desse caso, se propôs a investigar como o empoderamento feminino se insere na estratégia de política externa de um país, a saber, os Estados Unidos. Para tanto, foi realizada uma contextualização histórica das questões de mulheres nas relações internacionais, em nível global e nacional; seguida de um estudo dos conceitos e princípios que embasam a *Doutrina Hillary*, bem como a forma como ela se concilia com os valores e estratégias de política externa americana. A conjuntura americana no período foi explorada a partir de quatro exemplos paradigmáticos, moldados pelos interesses da diplomacia americana e/ou pela agenda pessoal de Clinton, variáveis essas que posteriormente serviram para verificar como se deu o processo de implementação da doutrina. Por fim, uma seleção de iniciativas empregadas por Clinton foi categorizada a partir do potencial de continuidade, para análise do legado da doutrina.

Em relação ao processo de retirada de tropas do Afeganistão, é possível afirmar que implementação da doutrina encontra limitações na estrutura organizacional do governo americano, levando a contradições nas ações da gestão. Embora Hillary estivesse pessoalmente empenhada em transformar a vida das mulheres afegãs, a tática ‘*leading from behind*’ da gestão Obama restringia a possibilidade de intervenção em nome da autonomia política afegã e explicitava o conflito entre o ‘interesse nacional’, de manter a paz em uma região geopoliticamente estratégica e a proteção dos direitos das mulheres, enfraquecendo a base argumentativa da doutrina. Esse enfraquecimento é acirrado se for considerado que a situação das mulheres foi um catalisador do processo de intervenção. Durante o mandato de Hillary, houve importantes conquistas para as mulheres do Afeganistão, porém, elas ficaram em segundo plano em nome de um governo de coalisão que garantisse a paz na região, ainda que essa ‘paz’ significasse a subjugação das mulheres tão criticada por Clinton.

Se no caso do Afeganistão há a proatividade de Hillary, que se posiciona como defensora dos direitos das mulheres, inclusive confrontando outros interesses americanos, o mesmo não se observa nas relações com a Arábia Saudita. A situação das meninas e mulheres sauditas é negligenciada em nome dos interesses pessoais de Hillary e dos interesses de política externa dos EUA com aquele país. A postura de Clinton é ainda mais grave quando considera as doações recebidas pela *The Clinton Foundation* por parte do reino saudita e da indústria armamentista - cujos acordos comerciais foram intermediados por Hillary. A aplicação seletiva da doutrina mostra que quando questões econômicas e de 'interesse nacional' estão em jogo, o discurso idealista americano é convenientemente silenciado.

Contrastando com o exemplo saudita, o caso de recuperação econômica pós crise financeira de 2008 ilustra uma situação em que a agenda de política externa americana e a agenda pessoal de Clinton vão ao encontro do empoderamento econômico feminino, e o *Equal Futures Partnership* é um exemplo de como essa integração pode ser positiva caso haja alinhamento de interesses. O 'pivô para a Ásia', com o TTP, entretanto, é questionável uma vez que gera desemprego e condições de trabalho deterioradas, especialmente para as mulheres. Ainda assim, esse caso reflete o hiato entre agenda externa e agenda interna, pois enquanto Hillary defendia o avanço econômico feminino, as mulheres americanas não têm acesso à licença maternidade remunerada.

A intervenção militar na Líbia, ao contrário da ocupação do Afeganistão, não foi influenciada pela proteção dos direitos das mulheres. Todavia, a partir da atuação ativa de Hillary, em nome dos interesses econômicos e geopolíticos americanos, tem início uma guerra civil que resulta no agravamento das condições para meninas e mulheres no país. Dentre as situações analisadas, a ação na Líbia foi a que teve impacto negativo na imagem de Hillary. Tanto na Líbia quanto na Arábia Saudita, os interesses de política externa americanos e interesses pessoais de Hillary não estão alinhados com a proteção e/ou manutenção dos direitos das mulheres nesses países. Contudo, enquanto na Arábia Saudita há passividade e inércia por parte dos EUA, na Líbia a situação das mulheres líbias se agrava justamente a partir da intervenção americana o que torna esse exemplo um dos mais contraditórios na implementação da *Doutrina Hillary*.

Embora o estudo das circunstâncias tenha sido relevante nos quatro exemplos apresentados, constatou-se que a doutrina também teve impacto para além de sua aplicação ocasional. Foi o caso das mudanças estruturais implementadas por Clinton no Departamento de Estado, criando normas, diretrizes e uma base organizacional que busca, de maneira consistente e permanente, integrar a pauta de mulheres na diplomacia dos EUA. Tão relevante

quanto essas transformações é o papel de Hillary Clinton como ativista da causa, gerando discussão, visibilidade e contribuindo para o aumento da representatividade feminina na área.

Historicamente, os Estados Unidos têm como estratégia de política externa a promoção dos valores americanos de liberdade e democracia, fazendo com que o país se posicione como protagonista e líder mundial em diversas áreas. Hillary, à frente do Departamento de Estado, buscou levar a agenda do empoderamento feminino para a pauta global, porém, a não ratificação da CEDAW por parte dos Estados Unidos traz questionamentos em relação à credibilidade e mérito do país na liderança dessa causa. Outros questionamentos quanto à legitimidade da causa estão relacionados aos interesses de política externa americano por trás da retórica e ainda, a agenda pessoal e política de Hillary, com as doações para a *The Clinton Foundation* e com as intenções presidenciais de 2016 que se beneficiam da imagem de defensora dos direitos das mulheres.

O entendimento de como se dá a inserção da pauta de empoderamento feminino na estratégia de política externa perpassa a compreensão dos interesses dos diferentes atores. No caso da *Doutrina Hillary* a aplicação é seletiva, mesmo que Clinton tenha criado mecanismos normativos e legais para orientar a ação americana. Em última instância cabe ao formulador de política externa decidir se e quando implementar os princípios, que podem resultar de ação ou omissão dos Estados Unidos, como são os casos da Líbia e Arábia Saudita respectivamente. Entretanto, conclui-se que o empoderamento feminino é uma causa com fim em si mesma e que governos e organizações intergovernamentais precisam investir por questões morais e de justiça, sem que seja preciso quaisquer outras justificativas.

Os desafios de política externa americana não se restringem aos quatro casos apresentados, assim, embora tenha se buscado escolher exemplos paradigmáticos e distintos, a investigação apresenta essa limitação. Outro desafio encontrado ao longo da elaboração deste trabalho se refere às fontes utilizadas, pois, em virtude das eleições presidenciais de 2016, grande parte do pouco material disponível sobre a *Doutrina Hillary* era consideravelmente tendencioso, sendo necessário buscar fontes primárias complementares.

Ainda que recentemente o quadro esteja se modificando, vale destacar a escassez de trabalhos acadêmicos na área de mulheres e RI, especialmente em português. Sugere-se que a temática seja estudada mais profundamente nas RI e, principalmente que a academia reconheça sua relevância para o desenvolvimento internacional e da disciplina mesmo que, assim como o empoderamento feminino, essa seja uma causa com fim em si mesma.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Harriet. **Peace as a women's issue: a history of the U.S. movement for world peace and women's rights (peace and conflict resolution)**. Syracuse: Syracuse University Press, 1993.

ALWIS, Rangita. United States foreign policy and international women's human rights: the unfinished business of the 21st century. **Global Affairs Blog** - University of Pennsylvania Law School, Pennsylvania, 08 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.law.upenn.edu/live/news/6399-united-states-foreign-policy-and-international/news/international-blog.php#.WCuHSuErKcy>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BOTELHO, Teresa. Os Estados Unidos e a Primavera Árabe. **Relações internacionais**. Lisboa, n. 30, p. 117-127, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRENNER, Alletta. Speaking of 'respect for women': gender and politics in U.S. foreign policy discourse, 2001-2004. **Journal of International Women's Studies**. v. 10, n. 3, 2009.

CHARLESWORTH, Hilary; CHINKIN, Christine. The creation of UN Women. **Regulatory Institutions Network** (RegNet), Canberra, Australia, 2003.

CHAIT, Jonathan. The disastrous Clinton post-presidency. **New York Mag**. 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://nymag.com/daily/intelligencer/2015/04/disastrous-clinton-post-presidency.html>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

CHOZICK, Amy; EDER, Steve. Foundation ties bedevil Hillary Clinton's presidential campaign. **The New York Times**, 20 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2016/08/21/us/politics/hillary-clinton-presidential-campaign-charity.html>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

CLINTON, Hillary. **Hard choices**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2014.

_____. America's pacific century. **Foreign Policy**, 10 nov. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **Secretary Clinton's remarks on women, peace, and security**. Washington, DC, 19 dez. 2011.. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/12/179173.htm>>. Acesso em: 03 nov.2016.

_____. Remarks at the TEDWomen Conference. **The Ronald Reagan Building**. Washington, DC, 08 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/12/152671.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. **Remarks at female heads of state and foreign ministers luncheon**. Nova Iorque, NY, 24 set. 2009.. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2009a/09/129598.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

COOMARASWAMY, Radhika. **Preventing conflict transforming justice securing the peace: a global study on the implementation of the United Nations Security Council resolution 1325**. Nova Iorque: UN WOMEN, 2015.

DEVAKI, Jain. **Women, development and the United Nations, a sixty-year quest for justice**. Bloomington: Indiana University Press, 2005.

DURETT, Jessie. Groundbreaking strides without transformational change: the integration of gender perspectives into US department of State peacebuilding strategy under Secretary Clinton. **Occidental College OxySchollar**, 2013.

_____. Rhetoric or reality? The integration of women's issues into 21st century US foreign policy. **URC Student Scholarship**, 2012.

DWOSKIN, Elizabeth. Hillary Clinton's business legacy at the State Department. **Bloomberg**, 11 jan.2013. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2013-01-10/hillary-clintons-business-legacy-at-the-state-department>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

FLANDERS, Laura. **The W effect: Bush's war on women**. Nova Iorque: Feminist Press, 2004.

GARNER, Karen. **Gender and foreign policy in the Clinton administration**. Boulder: First Forum Press, 2013.

GLASSER, Susan. Was Hillary Clinton a good Secretary of State? And Does it Matter? **Político**, 08 dez.2013. Disponível em: <<http://www.politico.com/magazine/story/2013/12/was-hillary-clinton-a-good-secretary-of-state-john-kerry-2016-100766>> Acesso em: 10 out. 2016.

GLENDON, Mary Ann. **A world made new: Eleanor Roosevelt and the Universal Declaration of Human Rights**. Nova Iorque: Random House, 2002.

HUDSON, Valerie et al. The heart of the matter: the security of women and the security of states. **International security**, v. 33, n. 3, p. 07-45, 2009.

_____.; LEIDL, Patricia. **The Hillary Doctrine: sex and American foreign policy**. Nova Iorque, Columbia University Press, 2015.

_____.; LEIDL, Patricia. Betrayed. **Foreign Policy**, 07 maio 2010. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2010/05/07/betrayed/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORDAN, Mary. 'Hillary effect' cited for increase in female ambassadors to U.S. **The Washington Post**, 11 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/01/10/AR2010011002731.html>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

LEMMON, Gayle. The Hillary Doctrine. **Newsweek**, 06 mar. 2011. Disponível em <<http://www.newsweek.com/hillary-doctrine-66105>>. Acesso em: 28 set. 2016.

LIEBERTHAL, Kenneth. The American Pivot to Asia. **Foreign Policy**, 21 dez. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/12/21/the-american-pivot-to-asia/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

LOVENDUSKI, Joni. **Feminizing politics**. Cambridge: Polity, 2005.

LOWEN, Linda. Why won't the U.S. ratify CEDAW? **Women's Issues**, 09 out. 2009. Disponível em: <<http://womensissues.about.com/od/feminismequalrights/a/CEDAWUS.htm>>. Acesso em: 29 out. 2016.

MASON, Corinne. **Manufacturing urgency: development perspectives on violence against women**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Women's Studies) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Ottawa, Ottawa, Canadá. 2013.

MICHEL, Sonya; SCHULER, Anja. **Forging bonds across borders: mobilizing for women's rights and social justice in the 19th-century transatlantic world**. Relatório de evento. Washington, DC, 2016.

NYE, Joseph. Get Smart. **Foreign affairs**. v. 88, n. 4, p. 160 - 163, jul./ago., 2009.

O'REILLEY, Marie; SÚILLEABHÁIN, Andrea; PAFFENHOLZ, Tania. **Reimagining peacemaking: women's roles in peace processes**. Nova Iorque: International Peace Institute, 2015.

PATEMAN, Carole. **The disorder of women: democracy, feminism, and political theory**. Palo Alto: Stanford University Press, 1989.

PIETILA, Hilka. **The unfinished story of women and the United Nations**. Nova Iorque: United Nations, 2007.

POWELL, Colin L. Women's issues are integral to our foreign policy. **State Magazine**, Washington, DC., n. 467, abr. 2003.

RUNYAN, Anne. Putting global gender issues on the US foreign policy agenda. **International Studies Review**, v. 17, n. 1, p. 141–143, mar. 2015.

SANTOS, Maria Helena; TEIXEIRA, Ulysses. Interests and values in Obama's foreign Policy: leading from behind?. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 58, n. 2, p.119-145, jul./dez. 2015.

SHAH, Bina. Can Hillary Clinton change gender roles in politics. **Al Jazeera**, 20 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2016/08/hillary-clinton-change-gender-roles-politics-160817142422440.html>>. Acesso em: 28 out. 2016.

SHAPIRO, Jeremy; SOKOLSKY, Richard. Why Hillary Clinton wouldn't be a foreign policy hawk as president. **Vox**, 09 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.vox.com/2016/8/9/12401150/hillary-clinton-foreign-policy-war-hawk>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SHARMA, Dinesh (org.). **The global Hillary: women's political leadership in cultural context.** Nova Iorque: Routledge, 2016.

_____. How Hillary Clinton's 'smart power' feminism informs her foreign policy. **The Conversation**, 08 jun. 2016a. Disponível em: <<http://theconversation.com/how-hillary-clintons-smart-power-feminism-informs-her-foreign-policy-60506>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

SMITH, Jordan. Does Hillary really believe in the Hillary Doctrine? **New Republic**, 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://newrepublic.com/article/122132/does-hillary-really-believe-hillary-doctrine>>. Acesso em: 19 out. 2016.

TEITELBAUM, Joshua. Arms for the king and his family: the U.S. arms sale to Saudi Arabia. **Jerusalem Issue Briefs**. v. 10, n. 11, nov. 2010.

THE WHITE HOUSE. **2010 National Security Strategy**. 2010. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

_____. **National action plan on women, peace, and security**. Washington, DC, 19 dez. 2011.

_____. **Fact Sheet: the equal futures partnership to expand women's political and economic participation**. Washington, DC, 24 set. 2012.

TICKNER, Ann. **Gender in international relations: feminist perspectives on achieving global security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT FUND FOR WOMEN - UNIFEM. **CEDAW and Security Council Resolution 1325: a quick guide**. UNIFEM, 2006.

UNITED NATIONS. The United Nations and the advancement of women 1945-1996. **Blue Books Series**, v.4, Nova Iorque: United Nations, 1996.

_____. **Beijing declaration and platform for action**. 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

UN WOMEN. **Timeline: the UN at 70 – gender equality milestones & memorable moments**. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/digital-library/multimedia/2015/9/timeline-un-at-70-gender-equality#sthash.0IoaMgrs.dpuf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

USAID. U.S. Agency for International Development. **Gender equality and female empowerment policy**. Washington, DC, 2012.

_____. Agency for International Development. **United States strategy to prevent and respond gender-based violence globally**. Washington, DC, 2012a.

U.S DEPARTMENT OF DEFENSE. **Women on the frontlines of peace and security**. Washington, DC: National Defense University Press, 2014.

_____. **Global women's issues: women in the world today.** Washington, DC, 2012a.

_____. **U.S. Department of State Policy guidance: promoting gender equality to achieve our national security and foreign policy objectives.** Washington, DC, 2012b.

_____. **Leading through civilian power: . the first quadrennial diplomacy and development review.** Washington, DC, mar. 2010.

U.S. DEPARTMENT OF STATE WEBSITE. **2001-2009.** Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/g/wi/c21438.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

U.S. GOVERNMENT. **Nomination of Hillary R. Clinton to be Secretary of State:** hearing before the committee on foreign relations United States senate. U.S. Government Printing Office: Washington, 2010. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-111shrg54615/pdf/CHRG-111shrg54615.pdf>> Acesso em: 01 nov.2016.

VERVEER, Melanne. Why women are a foreign policy issue. **Foreign Policy**, 23 abr. 2014. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2012/04/23/why-women-are-a-foreign-policy-issue/>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

WEISS, Thomas; DAWS, Sam. **The Oxford Handbook on the United Nations.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

YOUNG, Kevin; BECERRA, Diana C. Sierra. "Something that might be called Neocon:" Hillary Clinton & Corporate Feminism. **Solidarity**, 03 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.solidarity-us.org/hillaryclintonneocon>>. Acesso em: 10 nov. 2016.